

A Terra Indígena Waiãpi / AP e a problemática sócio-ambiental

Documento-base



**Programa do Centro de Trabalho Indigenista
para o monitoramento ambiental e o fomento de
atividades não-predatórias em terras indígenas**



São Paulo, outubro 1999
CTI, IESA, NHII/USP

Sumário

Apresentação.....	1
--------------------------	----------

I. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-CULTURAIS E AMBIENTAIS

1. Uma primeira aproximação aos Waiãpi	
- O território Waiãpi, na fronteira Brasil / Guiana Francesa.....	2
- Demarcação da T. I. Waiãpi no Amapá.....	2
- A trajetória de contato dos Waiãpi no Amapá.....	3
- Princípios de organização e autonomia sócio-política.....	3
- Novas formas de representação e organização.....	4
2. Breve caracterização ambiental da TI Waiãpi	
- Aspectos da paisagem.....	6
3. Conhecimento e uso dos ambientes.....	10
- Calendário sazonal.....	10
- Manejos.....	11
- Cosmologia.....	12

II. DA INVASÃO À DEMARCAÇÃO DA T. I. WAIÃPI

1. Os Waiãpi frente à invasão de seu território tradicional	
- Dos Tempos antigos até meados do século XX.....	14
- Anos 30 a 50: a ocupação não-indígena na região do Amapari.....	14
- Anos 60: novas formas de aproximação dos brancos.....	15
- Anos 70: a construção da Rodovia Perimetral Norte.....	15
- A experiência da sedentarização.....	16
- O tempo das Invasões.....	16
- Anos 80: a gradual retomada territorial.....	17
- Anos 90: Parcaria com o CTI, em busca de garantias territoriais.....	18
2. Assessoria e ações do CTI junto ao povo Waiãpi.....	19
- Ações educativas e fortalecimento cultural.....	19
- Controle territorial e alternativas produtivas.....	20
- Ações na área de saúde.....	21
3. Uma "Guerra dos Papéis" afeta a continuidade dos trabalhos.....	21
4. Novo contexto social e pressões do entorno da TI Waiãpi.....	24
- Os índios Waiãpi apontam riscos de invasão de sua terra.....	24
- Intensa colonização nas margens e nos ramais da Perimetral.....	25
- Interesses minerais na região.....	26
5. Riscos e oportunidades de uma situação privilegiada.....	28
- Propostas para o controle ambiental de uma "faixa compartilhada.....	29
- Propostas dos índios na "Agenda Positiva para o Amapá".....	29

- Iniciativas de controle territorial e ambiental já encaminhadas pelos Waiãpi e executadas com apoio de instituições parceiras.....30

III. EXPERIÊNCIA PRODUTIVA E DEMANDAS INDIGENAS

1. Atual caracterização produtiva dos Waiãpi.....	34
- Escala familiar e ritmo sazonal.....	34
- Agricultura.....	34
- Caça, pesca e coleta.....	36
- Extrativismo vegetal.....	37
- Produção de artesanato.....	38
- Garimpagem e ouro aluvionar.....	38
- Plantios consorciados e viveiros familiares.....	39
2. Os Waiãpi e a problemática sócio-ambiental.....	39
- Auto-subsistência.....	40
- Organização para a vigilância e o controle das invasões.....	40
- Novas demandas e capacidade de suprimento.....	41
- Ameaças sócio-ambientais.....	42
3. Percepção dos Waiãpi.....	42

IV. SEMINÁRIO WAIÃPI: CONTEXTOS E DESAFIOS

1. Alguns elementos do contexto histórico	
- O desenvolvimento e a questão ambiental.....	47
- O desenvolvimento e as populações indígenas.....	47
2. Questões relativas à intermediação.....	48
- A intermediação predatória.....	48
- Assistencialismo imediatista.....	49
- Iniciativas que contribuem para o aumento da demanda.....	49
- Descontinuidade os programas e na intermediação.....	49
- A responsabilidade social e ambiental da intermediação.....	50
3. Estratégias e desafios na atual situação dos índios Waiãpi.....	50
- Impacto dos movimentos de dispersão e sedentarização.....	51
- Impactos do contato sobre o conhecimento e o uso dos ambientes.....	51
- Impactos das noções de conservação da natureza.....	51
- Impactos do modelo superado de assistencialismo.....	52
4. Pautas para o debate.....	52
- Prioridades e aspirações da comunidade.....	53
- Indicadores de sustentabilidade.....	53
Fontes de referência.....	56

Apresentação

• *Iniciativa para a elaboração deste documento*

O presente documento-base foi elaborado por uma equipe de assessores do CTI - Centro de Trabalho Indigenista - e contou com a colaboração do IESA - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais.

Tem como objetivo oferecer informações sobre o povo Waiãpi e sua terra, no contexto das relações que o grupo mantém hoje com o entorno. Os enfoques sociais, políticos e ambientais tratados no documento devem subsidiar o Seminário "A Terra Indígena Waiãpi e a questão sócio-ambiental" que o CTI estará promovendo em novembro de 1999, na cidade de Macapá, com apoio da Fundação Mata Virgem / RFN e do Governo do Estado do Amapá.

A iniciativa de um debate interdisciplinar e interinstitucional sobre a atual situação da Terra Indígena Waiãpi / Amapá é parte do Programa de Monitoramento Ambiental e Fomento de Atividades não-predatórias em terras indígenas" do CTI. Nos últimos três anos, com apoio da RFN e de seus parceiros locais, a entidade já promoveu seminários que avaliaram os programas de monitoramento ambiental em execução nas terras indígenas Timbira (TO), Guarani (SP) e Terena (MS).

• *Contexto político do Seminário*

A regularização fundiária da TI Waiãpi, que se completou em 1996, representou para este povo uma transição rumo à auto-sustentação, que só poderá ser alcançada através da implementação de alternativas de uso e o controle exclusivo de seus recursos naturais. Quando concluíram a demarcação de sua terra, os Waiãpi estavam se preparando para implementar ações articuladas de vigilância, de exploração e de recuperação ambiental, num formato que vinha sendo planejado ao longo da década precedente e contava com apoio de diversas instituições.

Entre 1997 e 1999, entretanto, forças regionais contrárias à autonomia indígena conseguiram interromper momentaneamente a ações que o CTI desenvolvia na área, em parceria com o Conselho das Aldeias Waiãpi / Apina. Mas, a partir de 1999, por força de decisão judicial, a situação mudou e o programa de assessoria desenvolvido pelo CTI junto aos Waiãpi está sendo retomado.

É exatamente em função deste contexto que a realização de um Seminário sobre a situação e as alternativas de futuro almeçadas pelos Waiãpi, representa a oportunidade de difundir, entre agentes e órgãos diversificados, alternativas de uso e controle dos recursos que esta comunidade almeja implantar de forma ambientalmente sustentável e socialmente equilibrada.

Temos a expectativa da participação de todos os setores diretamente envolvidos e sensibilizados pelas propostas dos Waiãpi e seus parceiros.

São Paulo, 13 de outubro de 1999

I. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL E AMBIENTAL



I. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL E AMBIENTAL

1. Uma primeira aproximação ao povo Waiãpi

• *O território Waiãpi, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa*

O território historicamente ocupado pelos Waiãpi, um povo de tradição e língua Tupi-Guarani, estende-se em ambos os lados da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Hoje, estima-se sua população num total de 1400 pessoas, assim distribuídas:

- 520 na T.I. Waiãpi, Amapá (PSW, 08.99)
- 30 no Parque Indígena de Tumucumaque, Pará (Barbosa, 99) ¹
- 850 no município de Camopi, rio Oiapoque, Guiana Francesa (Grenand, 98) ²

• *Demarcação da T.I. Waiãpi no Amapá (1996)*

A T.I. Waiãpi está localizada na região centro oeste do estado do Amapá, nos municípios de Laranjal do Jari (60%) e de Pedra Branca do Amapari (40%). Estende-se entre as bacias dos rios Jari (a oeste), Amapari (a leste) e Oiapoque (ao norte).



Sua demarcação física foi homologada pelo Decreto 1.775 (DOU, 24/05/96), com uma extensão territorial de 6.070,17 km², ou seja, 607.017,24 ha. Seu domínio geográfico equivale a cerca de 4,23% do território amapaense e está delimitado geograficamente pelas coordenadas: meridianos (52° 20' 57" – 53° 18' 01") e paralelos (0° 36' 03" – 1° 26' 48").

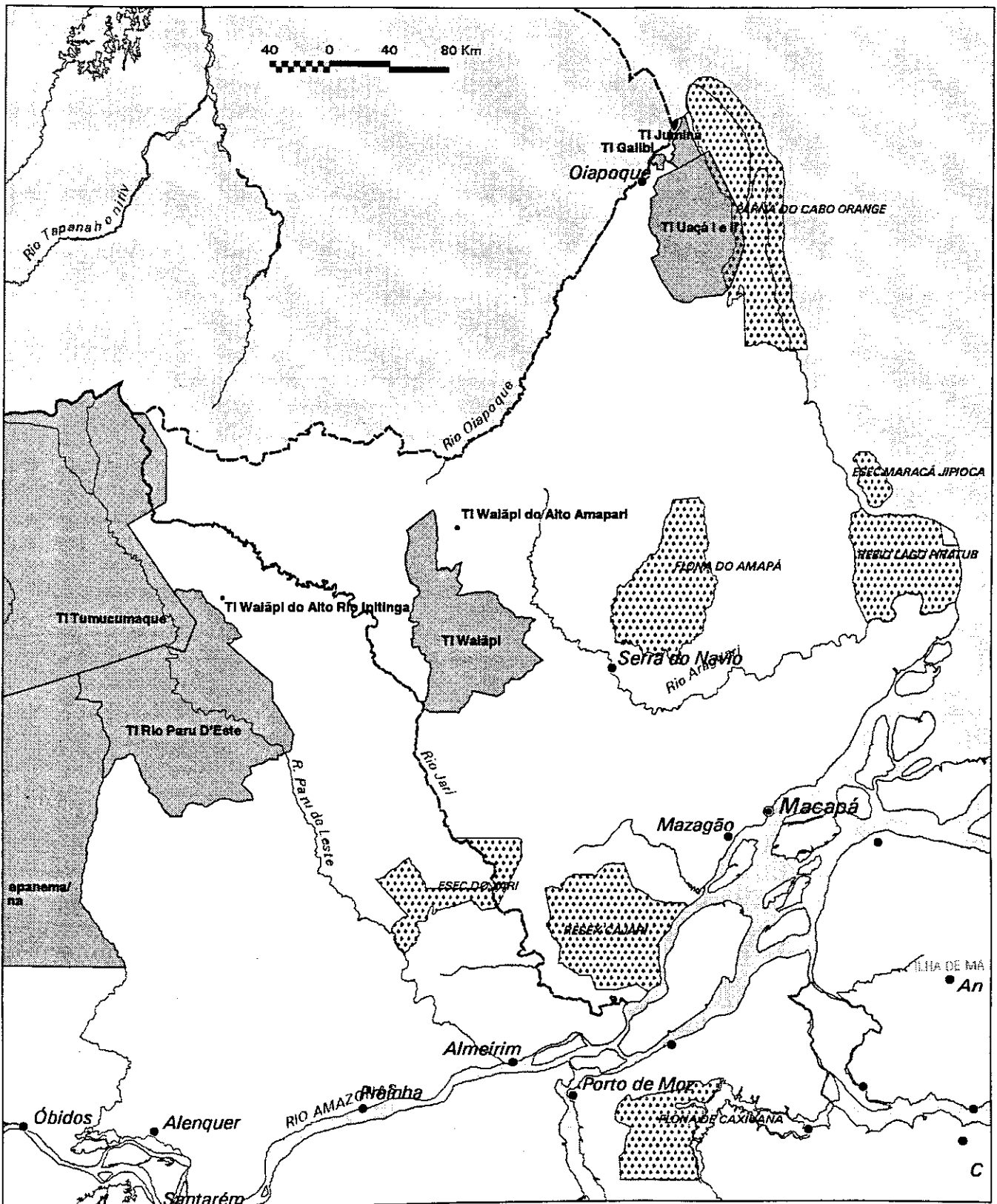
Trata-se de uma área contínua, com relevo acidentado e completamente inserida nos domínios da floresta amazônica de terra firme.

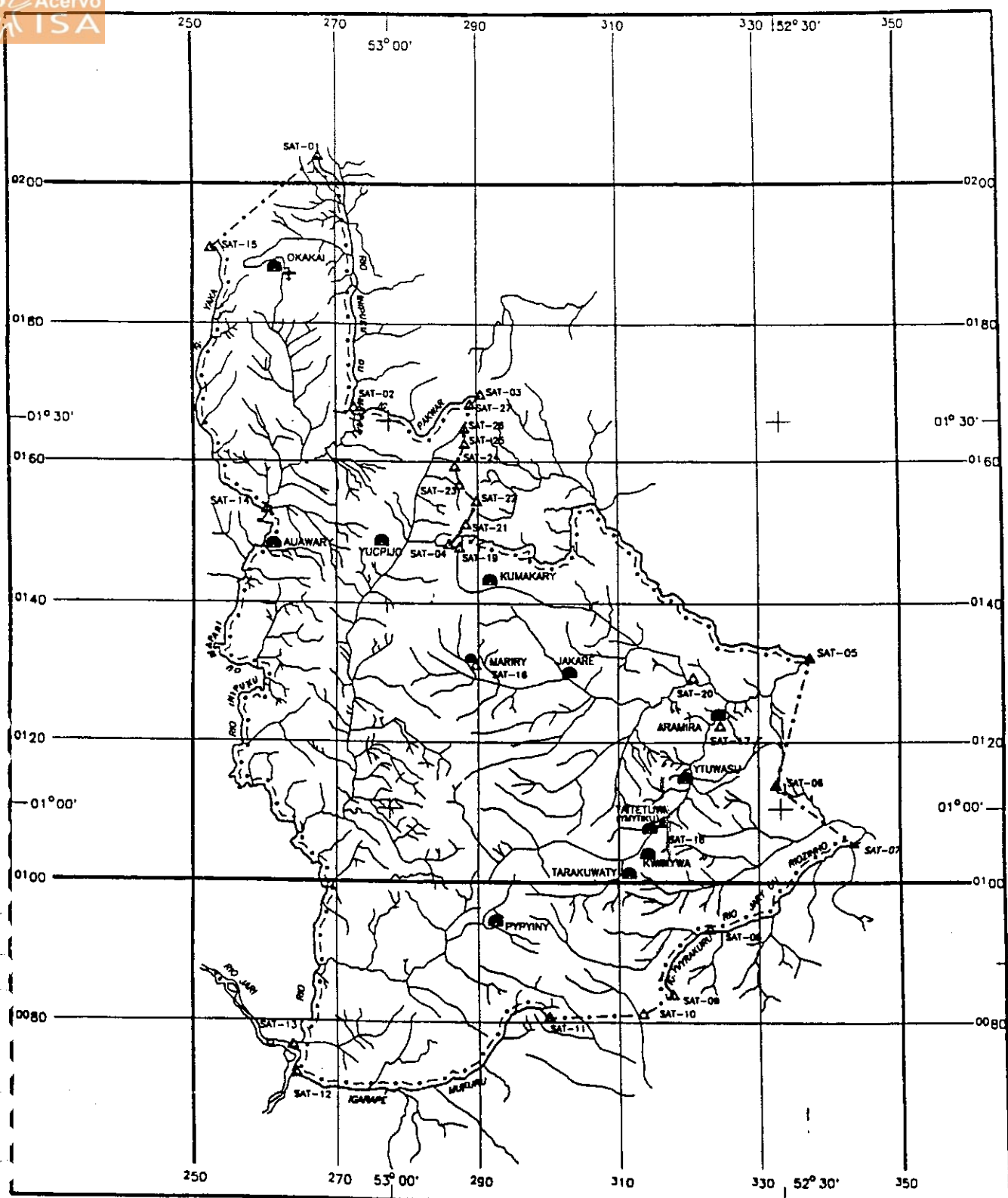
¹ São famílias remanescentes de um grupo local que vivia no rio Cuc e, mais tarde, na aldeia Molokopote (alto rio Jari) e que foram transferidas pela FUNAI em 1980 para o PIT - Parque Indígena do Tumucumaque . Ali convivem com famílias Wayana e Aparai, em 6 aldeias. Essas famílias integram a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque / APITU, cujo atual presidente, Missico, é Waiãpi. Como os demais povos indígenas do PIT, são assistidos pela FUNAI e contam com apoio crescente de órgãos do GEA.

² Em cerca de 7 aldeias, à margem esquerda do rio Oiapoque e afluentes do curso alto, numa área de ocupação que não possui regularização fundiária diferenciada, mas propostas de delimitação de um Parque Nacional vêm sendo negociadas com as etnias indígenas que vivem na Guiana Francesa. As aldeias Waiãpi incluem-se todas no município de Camopi, com sede na principal aglomeração de mesmo nome. O prefeito e o conselho municipal são todos indígenas, Emerillon e Waiãpi. É neste plano municipal que os Waiãpi do Oiapoque preferem se representar face ao estado francês, embora eles integrem também a "Association des Amérindiens de Guyane" / AAGF, entidade fundada em 1981 e até hoje dirigida por líderes Galibi. As ações de saúde e de educação são realizadas pela atuação de agentes dos serviços franceses, a partir de escolas e postos de saúde localizados em Camopi e Trois Sauts e, quando necessário, em Saint Georges ou Caiena.





TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS NO AMAPÁ


-  Terra Indígena
-  Unidade de Conservação Federal





SINAIS CONVENCIONAIS

-  ALDEIA INDÍGENA
-  PONTO DE SATELITE
-  TERRA INDÍGENA DEMARCADE
-  CAMPO DE EMERGÊNCIA

 <p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF</p>			
DENOMINAÇÃO TERRA INDÍGENA WAIÏPI		PLANTA DEMARCAÇÃO	
MUNICÍPIO LARANJAL DO JARI e AMAPARI		SUPERFÍCIE 807.017,2404 ha	PERÍMETRO 481.620,00 metros
ESTADO AMAPÁ		ESCALA 1/800.000	DATA 29.02.96
ADR MACAPÁ		PROCESSO 0397/95	LEI Nº 2009/96 LEI Nº 2010/96 LEI Nº 2011/96 LEI Nº 2012/96 LEI Nº 2013/96 LEI Nº 2014/96 LEI Nº 2015/96 LEI Nº 2016/96 LEI Nº 2017/96 LEI Nº 2018/96 LEI Nº 2019/96 LEI Nº 2020/96 LEI Nº 2021/96 LEI Nº 2022/96 LEI Nº 2023/96 LEI Nº 2024/96 LEI Nº 2025/96 LEI Nº 2026/96 LEI Nº 2027/96 LEI Nº 2028/96 LEI Nº 2029/96 LEI Nº 2030/96
DESENHO Auricad	TÉCNICO RESPONSÁVEL SANDRA A. AYRES PAULA COORD. DE CONSULT. TÉCNICA PROG. WAIÏPI - CREA 106-62/09	VISTO CHEFE DO DEM LUIZ ANTONIO BORGES CHEFE DO DEM	EXECUTANTE CTI/STZ/FUNAI CONVENIO Nº 08/94

• **A trajetória de contato dos Waiãpi no Amapá**

Comparativamente a outros grupos indígenas da Amazônia, no Amapá, os Waiãpi não apresentam crise demográfica, cultural ou territorial, mas existe a constante ameaça de verem esse quadro alterado.

Em 1970, eles experimentaram a convivência com garimpeiros, sofrendo duramente as conseqüências desse contato indiscriminado, como epidemias e degradação ambiental de algumas extensões de seu território).

Em 1973, a FUNAI estabelece um posto de atração, para proteger os índios dos impactos da construção da Rodovia Perimetral Norte, que penetra a terra indígena. Os Waiãpi experimentam a sedentarização e a dependência dos postos de assistência, enquanto suas terras continuam alvo de invasões.

Atualmente, as agências de contato que atuam na TI Waiãpi incluem a FUNAI, que mantém um posto na aldeia Aramirã, a FNS - Fundação Nacional de Saúde e a Secretaria de Saúde do GEA, nas ações de saúde, em curso de reorganização no quadro do "Distrito Sanitário" do Amapá, o Núcleo de Educação Indígena do GEA, que mantém professores não-índios em cinco aldeias e a entidade não-governamental CTI, responsável por ações nas áreas de educação e de controle territorial. A MNTB - Missão Novas Tribos do Brasil, que atuou na aldeia Ytuwasu até 1995, continua se relacionando com algumas famílias e apoia os líderes da associação APIWATA (*ver adiante*), a partir de Macapá e de uma base recém-construída num lote do INCRA, à margem do Riozinho, próximo ao limite sudeste da terra demarcada.

Na última década, as invasões de garimpeiros foram controladas por força das atividades de vigilância que os próprios Waiãpi desenvolveram em suas terras. Eles reestabeleceram seu padrão de ocupação dispersa, que garantiu vigilância e equilíbrio sócio-ambiental.

Mas hoje, sofrem novas pressões, decorrentes da colonização desordenada no entorno imediato da terra demarcada: a leste, os ramais da Rodovia Perimetral vêm sendo ocupados por centenas de colonos e, a oeste, empresas e grupos garimpeiros disputam a exploração mineral.

• **Princípios de organização e autonomia sócio-política³**

Os Waiãpi que vivem na TI Waiãpi, também conhecidos como Waiãpi meridionais ou Waiãpi do Amapari, originam-se de cinco grupos locais distintos, que tiveram trajetórias históricas diferenciadas e mantêm até hoje pequenas diferenças dialetais. Esses grupos locais, designados pelo termo indígena *wan*, relacionam-se historicamente a diferentes porções do território, onde cada grupo mantém até o presente seus percursos e assentamentos. O grupo local, portanto, não coincide necessariamente com a aldeia.

Existem hoje na terra demarcada 13 aldeias permanentes, além de outros dez assentamentos com ocupação intermitente. De fato, a organização sócio-política Waiãpi

³ cfr. Flora Dias Cabalzar "Parecer Antropológico ao CTI", NHII/USP, 1997 e D.T. Gallois "Caracterização etnográfica", NHII/USP, 1999

baseia-se na ampla dispersão dos grupos familiares pelo território, remetendo ao valor positivo que esta sociedade atribui à autonomia econômica e política de cada grupo.

As aldeias formam parentelas, agregadas em torno de um chefe, representado tradicionalmente pelo fundador do assentamento. Cada aldeia é composta por um número variável de duas a dez famílias, relacionadas através de casamentos e por diversos mecanismos de cooperação. As aldeias mais populosas estruturam-se em vários pátios, em torno dos quais organizam-se diferentes grupos, representados por seus respectivos líderes.

O chefe de cada aldeia, de um setor de uma aldeia, tem como qualidades principais a capacidade de agregação de aliados e o domínio de um discurso persuasivo e firme, embora nunca autoritário; ele não precisa nem deseja ser obedecido, já que os Waiãpi não associam a chefia ao poder coercitivo, inclusive porque a chefia não é transmitida, eleita ou outorgada, mas impõe-se espontaneamente no curso da vida pessoal pela capacidade individual de iniciativa. Constrói-se em meio ao campo de ações e mobilizações cotidianas, locais e supra-locais.

Na trajetória do contato mais recente, este padrão de organização e representação interna foi se transformando, de forma positiva, na medida em que preservou os princípios relacionados à autonomia pessoal e à independência das aldeias. Hoje, coexistem o tradicional faccionalismo interno e outras formas de representação, diretamente articuladas com a gestão das relações externas à comunidade e que se fortalecem à medida em que os Waiãpi vem sentindo a necessidade de articulações e gestões mais abrangentes, ou coletivas.

O faccionalismo interno não é impedimento para ações desta natureza, nem inviabiliza a iniciativa de qualquer líder local, seja ele mais tradicional ou forjado no processo do contato. A existência de mecanismos culturais para lidar com o conflito permite a ação na diferença. Em suas alianças políticas ou em atitudes que ora convergem, ora divergem, todos os Waiãpi continuam reconhecendo-se como membros de uma mesma sociedade.

• ***Novas formas de representação e organização***

É importante ressaltar que a relevância interna da discussão e da decisão coletiva geral, foi forjada exclusivamente no contexto do contato,⁴ motivo pelo qual a coexistência de mecanismos diferenciados - decisões em diferentes graus de coletividade em certos contextos, decisões localizadas, noutros - não invalida o fortalecimento de novas experiências de representação, voltadas ao diálogo com a sociedade envolvente.

Nos últimos dez anos, ampliou-se entre os Waiãpi o domínio dos mecanismos e discursos externos a respeito do índio, assim como sua capacidade de diálogo com

⁴ No campo das relações tradicionais com outras aldeias, jamais um líder de uma aldeia pretenderá confrontar-se publicamente, no sentido de uma reunião com diferentes comunidades, com as decisões ou iniciativas dos líderes de outra aldeia. O confronto de idéias ou o conflito nesse âmbito se dará sobretudo em nível do discurso indireto. Vigora um faccionalismo interno com o qual lidam de forma própria, dinâmica, indireta.

posições divergentes entre os agentes do contato. É nesse contexto que se movem hoje distintas formas de representação que permitem que os Waiãpi, conscientemente, ora assumam e avivem seu faccionalismo interno, ora reconheçam posições de caráter supra-local⁵.

Foi nesse contexto que os Waiãpi organizaram, em 1994, um Conselho de chefes que escolhe entre os membros de todas as aldeias uma diretoria representativa, composta de 7 representantes. O Conselho das Aldeias Waiãpi tem registro legal desde 1996 e está se fortalecendo gradativamente. Os Waiãpi também denominam esta instância de articulação entre aldeias e de representação de *Apina*, que não é uma sigla, mas o nome de um antigo grupo, lembrado pela sua valentia: eram os Waiãpi que "flechavam longe".

A organização deste Conselho vinha sendo discutida ao longo de vários anos⁶, no anseio dos chefes de reorientar seu relacionamento com as agências que atuam na área e garantir um canal de representação independente junto às autoridades. A formalização do Apina como uma representação e uma instância voltada a atender a demandas de todas as aldeias, representou um passo essencial neste caminho. Divergências recentes não alteraram a determinação da maioria dos chefes Waiãpi de fortalecer seu Conselho.

Em 1998, alguns membros do grupo local denominado Wiririry-wan oficializaram, com apoio da FUNAI local e da Missão Novas Tribos do Brasil / MNTB, uma ruptura política com os demais grupos representados no Conselho / Apina. Fundaram a "Associação dos Povos Indígenas Waiãpi do Triângulo do Amapari" / APIWATA. Os líderes que representam esta facção (composta de 15% da população da área, quase todos concentrados na aglomeração denominada "Manilha"), mantêm divergências históricas com os demais chefes de aldeias e vinham há muitos anos se contrapondo às ações de controle territorial realizadas pelo Conselho / Apina em parceria com o CTI. Por estes motivos - e o princípio de autonomia pessoal acima referido - os líderes da APIWATA vêm se prestando até hoje a contribuir com a campanha de difamação que políticos e setores anti-indígenas dirigem há muitos anos contra o CTI e o Apina.

⁵ Entretanto, boa parte dos agentes do contato não entende a forma própria de lidar com o faccionalismo interno, apesar dos Waiãpi terem ultimamente explicitado com muita clareza que não cabe aos não-índios a atitude autoritária que consiste em procurar unidade nas relações internas às comunidades. Eles defendem assim os fundamentos morais e éticos de princípio ordenador de sua sociedade - o princípio de autonomia acima citado - que vem sendo equivocadamente interpretado em termos de "divisões".

⁶ O CTI apoiou esta iniciativa, em diferentes momentos do processo. Por não visar uma ação assistencialista e sim intervenções que favoreçam a aquisição gradual de autonomia pelos Waiãpi, os assessores do CTI têm incentivado a criação de mecanismos de decisão coletiva, mas contanto que criados a partir da discussão interna e dos mecanismos de ação tradicionais em vigor. O programa de ações desta ONG parte inclusive do pressuposto que tais mecanismos só serão criados gradualmente e que, necessariamente, irão convergir com as bases tradicionais do faccionalismo.

2. Breve caracterização ambiental da TI Waiãpi

• *Aspectos da paisagem*

a) **Clima:** O clima local, classificado genericamente de "*Equatorial Quente e Úmido*", apresenta duas estações bem caracterizadas: um inverno, que se caracteriza por um período de abundância de chuvas, com índices pluviométricos variando de 2.000 mm/ano a 2.500 mm/ano e que corresponde aos meses de janeiro a junho, e um verão, caracterizado como um período de estiagem, que se estende de julho a dezembro, com índices pluviométricos atingindo em média 1.500mm/ano. Em alguns casos de intensa estiagem, este índice chega a baixar aos 60 mm/ano. (Nimer, 1979).

Esta composição climática cíclica, característica por apresentar um período de chuvas e um período de estiagem, tem grande influência nos ciclos naturais e culturais das populações que ali vivem. Podemos mencionar, por exemplo, que as atividades como a agricultura de coivara, a caça e a coleta de espécies vegetais, são realizadas de modo a adequarem-se ao ciclo de chuvas e estiagem.

b) **Geologia:** Expostos a regimes de intenso intemperismo e erosão, característicos de toda a região Baixo Amazônica, os sedimentos rochosos resultam em mineralizações que passaram a ser concentradas em formações secundárias, bem como em ambientes de deposição aluvionar.

c) **Geomorfologia:** A região é caracterizada por um relêvo acidentado. Suas unidades geomorfológicas podem ser agrupadas em três grandes domínios: Planaltos Residuais do Amapá, Colinas do Amapá e Planícies Aluvionares (Boaventura, 1975).

Planaltos Residuais do Amapá – Este domínio é constituído por maciços de rochas pré-cambrianas, ocorrendo sob forma contínua de topos preservados, com escarpas bem marcadas e envolvidas por tipos de dissecação em colinas, ravinas e vales, enquadrados pelas serras do Tumucumaque, do Iratapuru e Serra do Navio. Apresentam em geral altitudes entre 440 m e 550 m, onde formam vales fortemente encaixados e formas de picos e pontões integrantes do planalto residual.

Colinas do Amapá - Correspondem a áreas que sofreram um longo processo erosivo que dissecou extensas superfícies pediplanadas, dando origem a uma morfologia típica de colinas. Suas altitudes variam geralmente entre 150 m e 200 m, e o declive regional se faz na direção leste.

Planícies Aluvionares- Correspondem às áreas periféricas dos maiores cursos d'água, onde o relevo é baixo e plano, fruto de um processo erosivo ainda em andamento. Essas áreas se estendem ao longo das bacias dos rios Jari e Amapari, respectivamente.

d) **Solos:** Nas áreas de terra firme, onde o relevo é ondulado e fortemente ondulado, apresentam-se solos barrentos (argilosos) com pedra, cobertos por uma camada rica de matéria orgânica. Com raridade, ocorrem pequenas áreas de terra firme e plana localizadas perto de igarapés. Ali, a terra é preta, arenosa e com cascalho, embora hajam solos argilosos.

Nas áreas às margens dos rios, inundadas durante o período de maiores chuvas e aumento do volume das águas (março a junho), formam-se as várzeas, onde o solo é lamacento no inverno e seco no verão, possuindo um razoável teor de matéria orgânica, de até 40 cm de profundidade, sendo variável na textura e na cor.

e) **Hidrografia:** A rede de drenagem presente no interior da T. I. WAIÃPI, é fundamentalmente marcada pela influência direta de dois principais domínios hidrográficos. O Domínio Oeste, representado pela bacia do Rio Jari (*Tuku puku*) e o domínio Leste, pela bacia do Rio Amapari (*Arawari*).

Além dos rios, ainda podem ser encontrados no local outros cursos d'água ou ainda ambientes tipicamente aquáticos ou que sofrem grande influência da água, abundante o ano todo tais como lagos, grotas e igarapés.

Lagos

Em função do represamento de cursos d'água pela construção de aterros da rodovia Perimetral Norte, formaram-se inúmeros lagos ao longo da rodovia. Estes lagos apresentam situação ambiental semelhante à dos lagos naturais existentes em outros pontos da mata, geralmente no sopé das montanhas.

Grotas

Esta é a denominação regional para ambientes característicos dos vales encontrados nos sopés dos morros. Caracterizam-se pela presença de áreas alagadas ou de pequenos cursos d'água. Existem grotas secas, ou seja, onde a umidade é grande, mas água não está exposta na superfície do terreno. Nas grotas, o solo pode ser arenoso ou argiloso e a água é geralmente cristalina. Samambaias, sumaúma, taça, açai, palha preta, buriti, andiroba e copaíba são algumas espécies características que compõem a vegetação desses ambientes, que, pela disponibilidade de água, é responsável por um microclima ameno. Estes ambientes são freqüentados por uma rica fauna de vertebrados terrestres e por isso se constituem em locais privilegiados para a caça dos Waiãpi na época das chuvas.

Igarapés

Diferenciam-se das grotas por formarem pequenos cursos d'água que correm para um outro igarapé ou mesmo para um rio próximo e geralmente são perenes. Podem originar-se de um agrupamento de grotas ou mesmo de um olho d'água de maior volume. Nas áreas planas, os igarapés podem formar pequenas várzeas ou baixões. Nas áreas altas, os igarapés descem as montanhas sem formar baixões.

Nas margens dos igarapés encontra-se uma rica vegetação semi-aquática e terrestre. Algumas espécies vegetais tipicamente encontradas neste ambiente são o anani, a andiroba, o ucuúba, o mururé, o itajá e a maria-mole.

Uma rica fauna habita ou visita os ambientes próximos aos igarapés. Ali são tipicamente encontradas espécies de lontras, tartarugas e jabutis, além de espécies de peixes característicos como os trairões, as piranhas, aracus e puraqués.

f) **Biomias:** A fisionomia da Floresta Amazônica de Terra Firme, denominação genérica do grande bioma no qual estaria inserida a área Waiãpi, costuma ser definida como a de um *manto verde* que, apesar de ser composto por uma grande diversidade de espécies, apresenta, teoricamente, uma estrutura uniforme, onde os extratos arbóreos seguem aquele padrão didático, muito difundido no meios acadêmicos como "bosque, sub-

bosque e espécies emergentes". No entanto, as variações locais da vegetação apresentam também grande diversidade estrutural, quanto a seu adensamento, porte e mesmo composição de espécies vegetais.

A tipologia que caracteriza a vegetação da região, convencionalmente divulgada, inclusive nos meios acadêmicos, é por demais generalizante, por ser o fruto de um olhar distante, em relação à complexidade percebida pela população local.

Segundo este padrão simplificado da diversidade da vegetação encontrada na região, a paisagem da T. I. Waiãpi é composta por três tipos de Floresta: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Floresta Ombrófila Montana e Floresta Ombrófila Submontana.

Floresta Ombrófila Densa Aluvial

São conjuntos de arbóreas características de zonas aluvionares, em alguns casos inundadas durante o período de maiores chuvas (de março a junho), ricas em palmeiras, dentre as quais o açai, bem como outras plantas menores e árvores emergentes, como a virola, a samaúma e o taperebá.

Floresta Ombrófila Densa Montana

São formações típicas de áreas pediplanizadas, de estrutura morfológica, formando um conjunto bastante diversificado de arbóreas de médio a baixo porte. Como exemplares típicos desta vegetação podemos citar algumas espécies como o acapu, a aquariquara, o ingá, o jatobá, a copaíba, o jutaí e a bacaba.

Floresta Ombrófila Densa Submontana

Corresponde ao grupo de formações de áreas de cadeias de montanhas e colinas, que apresentam uma variação considerável de espécies vegetais, de estruturas são baixas e uniformes, com arbóreas de médio a grande porte, com andares superiores expondo copas abertas, porém bastante densas. Como exemplos de espécies vegetais presentes neste bioma, poderíamos citar o anjelim, o piquiá, a maçaranduba, o mandioqueiro, a sapucaia, o cedro, a jarana e o louro. (Fonte: Radam Brasil)

O conhecimento indígena revela a percepção de uma grande diversidade de ambientes existentes no interior dos macrobiomas. Levantamentos minuciosos foram realizados por especialistas junto aos Waiãpi do Oiapoque (P. Grenand, 1980; P. Grenand, C. Moretti, H. Jacquemin, 1987). Junto aos Waiãpi do Amapari, esta sistematização vem sendo produzida pelos próprios índios, na ocasião dos cursos promovidos no contexto do Magistério (CTI/NEI-AP), os professores Waiãpi produziram listas de ambientes e sua descrição. As ilustrações a seguir retratam um pouco da diversidade ambiental local por eles percebida.

Diversidade geomorfológica

pareti - (rocha exposta) - grandes afloramentos rochosos

yvytyry - montanhas

wykwae - (descida da montanha) - encostas dos morros/ lombadas / desfiladeiros

yvytyjeovai - (parte baixa dos morros) - vales intermontanhosos

yakwã - (lugar plano no alto das montanhas) - planaltos

yvype - (lugar plano) - planícies

Alguns tipos de vegetação

ka'a - floresta / mata, também designada como *yvyra'e* - mata alta, que recobre as colinas e os planaltos.

ka'ape - vegetação recípolá, densa, sobretudo formada por lianas (cipós e trepadeiras), que margeiam os igarapés e os separam da mata alta.

waseity - os açazais que se desenvolvem nos baixões alagados às margens de inúmeros igarapés que recortam o território. O interior da T. I. Waiãpi possui muitos açazais, muitas vezes de grande porte que, em determinados locais, chegam a ocupar grandes porções de terras.

ka'api'i - o capinzal, vegetação dominada por gramíneas, raramente encontradas no interior da área Waiãpi, a não ser ao longo da Perimetral Norte e alguns poucos locais impactados pela ação humana.

jai - o mato, vegetação ruderal de sucessão, encontrada em determinados locais caracterizados por condições de extrema carência nutricional do solo ou pelo estresse hídrico. Encontrada também na periferia das aldeias e nas clareiras.

koo' kwer - a capoeira, diversos estágios de vegetação sucessional onde permanecem produtivas espécies vegetais cultivadas de longa duração, distinguindo-se da roça produtiva (*koo*)

g) Biodiversidade local:

Flora : A área apresenta uma flora extremamente diversificada, dotada de uma rica e abundante presença de espécies arbóreas, representativas tanto da flora sul-americana como de espécies típicas da região amazônica. Dentre as inúmeras espécies arbóreas de grande porte ali presentes, podem ser citados o piquiá, o angelim, o acapu, a andiroba, o louro, a aquariquara, o taperebá, o morototó, o parapará, a maçaranduba, o abiu, a carapaúba, a jarana, o jatobá, o cedro, a macacaubá, a seringueira, o pau-jacaré e a mandioqueira. Além destas, também são ali encontradas espécies arbóreas de menor porte como a bacaba, o patauá, o ingá, o cupuaçu, o jutaí, a timborana, a copaibeira, a castanhola, o pente-de-macaco, o apoi, o jenipapo, o amapá. além de um incomensurável número de lianas (cipós) e de espécies arbustivas e herbáceas.

Nas pequenas formações de várzeas localizadas ao longo do rios igarapés, podem ser lembradas, como espécies vegetais características, a virola, o cupuaçu, o cacau, o taperebá, a sumaúma, a andiroba, anani, a ucuúba, apá, o açai, a aninga, o buriti, o marimari, além de capim.

Fauna: No interior da floresta vive uma fauna abundante. Ali podem ser encontrados representantes da grande maioria de espécies animais típicas da fauna sul-americana. Entre as espécies de vertebrados terrestres podemos destacar uma riqueza e abundância de espécies de macacos, gatos-do-mato, veados, tatus, porcos-do-mato, antas, grandes roedores, mustelídeos, marsupiais, além de inúmeras espécies de cobras e lagartos.

Os ambientes de várzea são freqüentados, para busca de água e alimentos, pela grande maioria das espécies acima citadas. Além dessas, uma fauna típica desses ambientes torna-os de interesse especial para a localização de presas e, portanto, também de caça para os Waiãpi. Dentre estas espécies, típicas destes ecossistemas, são ali encontradas, além evidentemente, da ictiofauna e demais espécies componentes das macro, meso e microfaunas aquáticas, espécies semi-aquáticas e hidrófilas, como a grande diversidade de anfíbios e répteis, como o jacaré e a tartaruga.

É importante ainda anotar a inumerável quantidade e variedade de aves que compõem os espaços locais aéreos e terrestres. Porém, é sem dúvida na fauna de invertebrados que estão a maior riqueza e abundância de espécies animais ali presentes.

Microorganismos: Uma grande porcentagem da riqueza e abundância dos seres vivos presentes nos ambientes amazônicos e, conseqüentemente, na região onde está inserida a TI Waiãpi, está caracterizada pelos grupos de microorganismos, como a incontável variedade de vírus, bactérias, algas, protozoários, leveduras, fungos e outros. Esta diversidade é ainda muito pouco conhecida. No entanto, do pouco que se conhece, muitos microorganismos já foram identificados como causadores de diversas doenças e como produtores de substâncias responsáveis pela cura de outras tantas doenças. Grande parte dos benefícios obtidos pelo parco conhecimento que se tem destas interações deve-se ao conhecimento de populações locais, fruto de seu íntimo relacionamento com o meio natural.

3. Conhecimento e uso dos ambientes

A relação que os Waiãpi mantêm com seu meio é extremamente complexa, em termos tanto simbólicos quanto práticos. Tal complexidade manifesta-se particularmente nos seus conhecimentos, que se revelam, não somente na quantidade e qualidade dos recursos por eles utilizados, mas no reconhecimento dos processos biológicos em que estão envolvidos estes recursos, constituídos em grande parte por espécies e comunidades de seres vivos.

A seguir, foram selecionados alguns exemplos ilustrativos das formas de conhecimento e uso dos ambientes. Eles revelam a importância dos marcadores naturais, que consistem em espécies de seres vivos, como plantas e animais, com os quais são associadas as características do espaço e do tempo vivenciado pelos Waiãpi em diversos níveis de profundidade, incluindo desde os ciclos sazonais até o movimento da criação e destruição da humanidade nesta terra.

• **Calendário sazonal**

Os Waiãpi utilizam o conhecimento dos elementos naturais na organização de suas atividades, incorporando este conhecimento em sua maneira de pensar o tempo. Eles possuem um calendário próprio⁷, caracterizado por marcadores ecológicos, em que os cantos de cigarras, consideradas como as donas do verão e de anfíbios anuros (sapos, rãs e pererecas), tidos como donos do inverno, além da frutificação de espécies vegetais de grande importância (como o açaí e a bacaba) e a ausência de água nos rios, no solo e nos vegetais anunciam a sucessão de estações e, portanto, das atividades em cada época por eles desenvolvidas.

O TEMPO DAS CHUVAS ("inverno")

amanakyrypy reme - início das chuvas

juwe je'e reme - tempo do canto das rãs juwe

toõ je'e me - tempo do canto do sapo toõ

tyryry i je'e me - tempo do canto do tyryry i

muwuwa je'e me - tempo do canto do sapo muwuwa

pinopijunã - tempo da bacaba

sirarãkwa me - tempo do canto das cigarras

kwataka reme - tempo de coambas gordas

⁷ No contexto dos cursos do Programa de Educação Waiãpi, foi possível levantar e organizar uma relação de marcadores de tempo característicos de certas épocas do ano. Discutindo com os adultos, os jovens professores elaboraram e ilustraram o calendário e as ilustrações apresentadas a seguir.

sirarãkwa me - tempo do canto das cigarras
kwataka reme - tempo de coambas gordas
pekeakui arã me – tempo do piquiá
pypyi arã me – tempo da pupunha

O TEMPO DO SOL (“verão”)

waseiwara me - tempo do açaí
kwaraypy reme - início do verão
kwarayjara jeipy me – tempo do canto das cigarras
kwaraymyte - meio do verão
kooyapaire – término da derrubada da roça
kookaiwerã - tempo de queimar a roça
jimitãmaire - tempo de plantar a roça
aremy - final do verão
yy syryme – primeiras quedas de chuva

• **Manejos**

É a prática cotidiana que revela as idéias que uma sociedade tem de si mesma e dos ambientes nos quais ela está inserida, assim como as idéias que embasam sua intervenção sobre estes ambientes. Esta dimensão produz uma unidade entre as representações da natureza e os usos de seus recursos.

Os índios Waiãpi, assim como as demais sociedades indígenas da Amazônia, apresentam um conhecimento profundo dos ambientes nos quais estão inseridos e dos quais utilizam recursos para a reprodução de sua sociedade e cultura. Em sua prática cotidiana, os Waiãpi utilizam e modificam diversos ambientes para realizar as suas atividades. Eles manejam seus ambientes de diversas maneiras e com distintas finalidades, a exemplo da agricultura, da caça, da coleta, do assentamento e outras.

As práticas tradicionalmente adotadas pelos Waiãpi no uso e conservação dos ambientes que eles manejam não somente refletem o acúmulo de conhecimentos transmitidos através das gerações no trato com os elementos naturais, mas também reproduzem a dinâmica das relações sociais internas e externas.

O constante movimento de mudança da localização das roças e das aldeias, a dispersão no território para realização da caça, pesca e coleta do produtos vegetais, a dispersão e seleção de espécies vegetais por eles utilizadas, a atração da caça pelo plantio e a conseqüente dispersão de espécies vegetais selecionadas, além do manejo da roça, ou as maneiras de plantar, colher e utilizar os ambientes escolhidos para fazer roças são alguns exemplos de práticas e ações realizadas ciclicamente pelos Waiãpi. Estes exemplos revelam não somente uma adaptação desta sociedade a esses ambientes, mas também a transformação do meio como reflexo de sua organização social.

O manejo de uma roça pode ser usado como exemplo de um conjunto de práticas de uso e controle dos elementos naturais. Durante os cursos de Ciências Naturais, os professores Waiãpi fizeram uma descrição detalhada desta forma de manejo, que resultou na elaboração da tabela abaixo. Refere-se a ações que revelam a reprodução dos conhecimentos tradicionalmente transmitidos e continuam refletindo o formato ideal das relações sociais do grupo.

Tab.1 - DURAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS AO MANEJO DA ROÇA

Duração	estágio	Intervenções
---	<i>koorã jaeta</i>	procurar um lugar adequado
~ 2 semanas	<i>jamopapai</i>	brocar o local
1 - 3 meses	<i>jaity</i>	derrubar as árvores
2 - 3 meses	<i>osini</i>	esperar as árvores secar
1 dia	<i>japy</i>	queimar a roça
---	<i>jaru tiruwã</i>	esperar esfriar
---	<i>jakoyvaro</i>	coivara;retirar galhos que não queimaram
1 - 3 meses	<i>jaõtä</i>	plantar
1 - 2 semanas	<i>oema</i>	as plantas brotam
1 - 3 dias	<i>so'o pija (so'o pari)</i>	cercar algumas plantas
---	<i>jakãpi</i>	capinar
1 ano	<i>otaru</i>	esperar crescer
---	<i>ja'u</i>	colher
2 - 3 anos	<i>opa temi'u ky'y</i>	fim da colheita
até 10 anos	<i>uveje pako ipupe</i>	uma roça na qual "só sobra banana" (e outras espécies de longa duração)
6 anos	<i>kokwer</i>	capoeira
20 anos	<i>ojimiyvrae'epa</i>	o local pode se tornar uma roça potencial

• **Cosmologia**

Diz a tradição oral Waiãpi que, no *tempo das origens*, homens e animais partilhavam um espaço homogêneo, cortado por um único rio. A floresta que conhecemos hoje não existia e as árvores eram baixas. Nesse tempo, todos os ocupantes da terra reproduziam um único modo de ser, pois não havia diferença entre as espécies. "Eram todos como a gente": mesmas atividades, mesmos adornos e comunicando-se numa mesma língua.

Foi na ocasião de uma festa promovida pelo herói criador Janejar que homens e animais se distanciaram. Os que se tornariam pássaros apanharam dejetos da cobra sucuriju para se enfeitar com cores diferentes. Dançaram e cantaram para os que se tornariam os humanos, que puderam assim apreender suas músicas. Quando terminaram de cantar, o herói destinou às aves um habitat específico, representado pela gigantesca árvore sumaúma. Partindo dessa árvore, as aves se dispersaram em todas as direções, levando com elas as águas do rio, único e original.

Contam os narradores Waiãpi como se repartiu, entre espécies humanas e não-humanas, o domínio dos espaços que se constituem até hoje como habitat de todas as categorias de seres que povoam as águas, a floresta, as montanhas, os céus e as bordas da terra. Nessa distribuição, a humanidade tem um lugar específico, no tempo e no espaço. Renovada através de ciclos de destruição e recriação, a humanidade é mais nova que os animais, pois os homens não encontraram pronto seu domínio, tendo que forjá-lo, alterando o ambiente para criar aldeias, roças e caminhos. Para isso, eles precisaram do apoio dos animais que, de acordo com a tradição, lhes ensinaram como se adaptar e se desenvolver nesta terra.

Tudo e todos, nesta terra, tem dono: homens, plantas, animais e elementos inanimados. Cada porção do espaço conhecido é definido como a moradia de um respectivo dono e das espécies que ele controla, consideradas seus *xerimbabos*. As relações dos senhores dos animais com os homens manifestam-se através de ações de cooperação, na identificação e cura de males e infortúnios, mas igualmente nas de agressão, atingindo quem transgrediu a regra do jogo, intervindo de modo excessivo no domínio alheio.

A principal atribuição desses donos dos diferentes seres e humanidades diversas consiste em tomar conta de suas criaturas, controlando seu crescimento, seu bem-estar e seu movimento. Na concepção Waiãpi, é porque homens, animais e plantas tem donos que elas se reproduzem. A perda deste vínculo, a ruptura excessiva da regra de relações respeitadas com esses múltiplos domínios e ambientes, representa uma ameaça de extinção da atual humanidade.

Para se posicionar diante dos desafios atuais, os Waiãpi têm recorrido freqüentemente à sabedoria dos antigos, que lhes transmitiram a capacidade de almejar e de investir na possibilidade de uma relação equilibrada com o seu entorno.

//

II. DA INVASÃO À DEMARCAÇÃO DA T.I. WAIÃPI



II. DA INVASÃO À DEMARCAÇÃO DA TI WAIÃPI

1. Os Waiãpi frente à invasão de seu território tradicional

- ***Dos tempos antigos até meados do século XX***

Ao longo dos três últimos séculos, os Waiãpi empreenderam sucessivas migrações rumo ao norte, desde sua área de origem, no curso baixo do rio Xingu. No decorrer do século XVIII, escapando das frentes de colonização e dos empreendimentos missionários no baixo Amazonas, estabeleceram-se em uma extensa área entre as bacias dos rios Jari e Oiapoque.

Por volta da metade do século passado, sentindo os efeitos da revolta da Cabanagem, os Waiãpi embrenharam-se ainda mais mata adentro, fixando-se nas regiões das cabeceiras dos rios. Durante algumas décadas, apesar do relativo isolamento, mantiveram contatos eventuais com núcleos regionais do Vale do Jari.

A memória do grupo aponta efeitos altamente negativos resultantes deste convívio que levam os Waiãpi a nova fuga. Entre 1920 e 1960, eles se isolaram ainda mais na zona das cabeceiras onde vivem até hoje, mantendo contato apenas com outras populações indígenas da região, através das quais obtinham algumas mercadorias dos brancos, como panelas, pano e pequenas ferramentas.

- ***Anos 30 a 50: a ocupação não-indígena na região do Amapari***

Na década de 30, crioulos vindos das Guianas Francesa e Inglesa percorreram o rio Amapari, partindo do Porto Grande em busca de minérios, em especial do ouro, que era encontrado em abundância na região. A cidade hoje denominada Pedra Branca do Amapari recebeu seus primeiros moradores não índios, no início da década de 50, formados por famílias de pequenos agricultores vindos principalmente do Pará, da região de Altamira. Estas famílias, para chegarem até a região do Amapari, tiveram que passar por uma verdadeira maratona, pois tinham que subir o rio a partir do Porto Grande, a remo ou motor de popa.

A ocupação da área por estas famílias coincide com a chegada da ICOMI-Indústria e Comércio de Minérios em Serra do Navio, hoje também município, distante 15 km de outras cidades, via ferrovia. Com a chegada da ICOMI na Serra do Navio surge a Estrada de Ferro do Amapá criando um acesso bom e rápido entre a região do Amapari e a capital do território do Amapá, Macapá. Mais famílias foram chegando e, já no final da década de 50, algumas famílias decidem estabelecer suas casas nas proximidades da estação ferroviária, além da colônia, fazendo nascer definitivamente o vilarejo de Pedra Branca, nome que tem sua origem na construção da ponte ferroviária sobre o rio Amapari (GEA, 1998).

- **Anos 60: novas formas de aproximação dos brancos**

A partir de 1960, entretanto, as matas de quase toda a Amazônia passaram a ser vasculhadas pelos gateiros, caçadores profissionais especializados que abasteciam o então efervescente comércio de peles de animais da floresta. Nesses encontros esporádicos, os Waiãpi encontraram uma nova oportunidade para a obtenção de objetos diversos. Mas esse período de troca amistosa não se estendeu por muito tempo, devido à proibição da atividade, no final da década.

É nesse momento que começam a aparecer os primeiros garimpeiros que, ao contrário dos gateiros, eram temidos pelos Waiãpi devido às péssimas referências que outras populações indígenas davam sobre eles. O temor por conseqüências nefastas deste contato dividiu os Waiãpi, fazendo com que praticamente todo o grupo que vivia no alto rio Jari se refugiasse no Oiapoque. Os grupos locais que viviam dispersos nas bacias do Inipuku, ao norte, do Aroá, ao sul, e do Visagem, a leste, optaram por permanecer em seu território.

O grupo que vivia nesta última área foi quase que totalmente dizimado no início dos anos 70 por doenças, dentre elas possivelmente a febre amarela, provenientes de contaminação, mesmo que, em algumas oportunidades, não tivesse havido qualquer contato direto. Os sobreviventes juntaram-se ao grupo do Inipuku, que foi contactado mais tarde por trabalhadores da empresa ICOMI. Os grupos locais que viviam ao sul, na região do rio Aroá, já vinham mantendo contatos diretos com os garimpeiros desde o final de 1970, inclusive participando diretamente do trabalho braçal. Isso durou dois anos apenas, quando houve uma epidemia de sarampo, que atemorizou e afugentou os índios.

- **Anos 70: a construção da Rodovia Perimetral Norte**

Entre 1970 e 1971, a empreiteira Mendes Júnior instala sua sede com escritório, hospital, supermercado, escola, sede do DNER e outros equipamentos a 5 km da vila de Pedra Branca, num lugar denominado Água Fria, numa área ocupada por colonos dedicados à produção de arroz e mandioca. Muitos deixaram a roça e se tornaram funcionários da empresa e as condições de vida mudaram rapidamente, com o aumento da violência, do alcoolismo, da prostituição e da circulação do dinheiro. A população local não teve tempo para assimilar o projeto, que chegou repentinamente e despediu-se rapidamente, em menos de quatro anos.

A saída da Mendes Júnior correspondeu a uma intensa atividade de garimpo, tendo como razão principal a ausência de uma fonte de renda para a população que substituiu a empresa. Naquele momento, com a agricultura fracassada, grande parte da mão-de-obra enveredou para os garimpos da região: Inhame, Jornal, Pau d'arco, Urucu, Cupixizinho, Panela, Vilage Antônio, Estefânio, Visagem e outros, mantendo, embora em menor escala, o movimento da Vila de Pedra Branca, que se caracterizou como *currutela* ou vila de garimpo. O ouro seguiu em ascensão de preço, contemplou a descoberta de novos veios e o movimento se manteve. Inúmeros garimpeiros da região dirigiram-se à terra indígena, então acessível pela estrada.

- ***A experiência da sedentarização***

Para viabilizar a construção da rodovia, desobstruindo a região das populações indígenas que ali viviam, a Funai lança várias frentes de contato. Uma delas havia localizado os índios Waiãpi, no início de 1973.

Afugentados pelo temor das constantes invasões de garimpeiros e pelas fatais epidemias de novas doenças e atraídos pela abundância de bens e mercadorias que eram ofertados no Posto de Atração Aramirã, os Waiãpi, em pouco tempo, concentraram-se todos em torno da assistência do posto da Funai. No final da década de 70, missionários evangélicos do Summer Institute of Linguistics / SIL passaram temporadas em algumas aldeias, oferecendo mais uma alternativa de assistência aos Waiãpi. Em 1984, o SIL é substituído por missionários da New Tribes Mission (Missão Novas Tribos do Brasil / MNTB), que atuou inicialmente em duas aldeias, mas logo reduziu sua base à aldeia Ytuwasu.

Esse período de sedentarização representou um grande risco para a existência coletiva dos Waiãpi. Os índios passaram a viver em padrões totalmente estranhos à sua dinâmica sócio-cultural. Em primeiro lugar, a concentração populacional em apenas um ponto era catastrófica do ponto de vista sociológico. Além disso, a interrupção da exploração de locais mais distantes, concentrando os índios em torno do Posto, gerava o rápido esgotamento dos recursos, tornando suas atividades insuficientes para o provimento de suas famílias.

- ***O Tempo das Invasões***

Entre 1973 e 1983, devido à concentração de todos os Waiãpi em torno do Posto da Funai, o restante de seu território estava livre para as invasões dos garimpeiros, que ocorreram em grande número, fazendo com que os índios se retraíssem ainda mais em torno do Posto de Atração. Este foi um período de medo para os Waiãpi, que observaram os garimpeiros instalarem-se em suas terras, sem que nada pudessem fazer.

Alguns pedidos de alvará para mineração no território Waiãpi foram requisitados junto ao DNPM. Em algumas oportunidades, determinadas empresas tentaram recrutar os índios como guias, o que permitiu aos Waiãpi dimensionar mais concretamente os interesses dos brancos sobre suas terras.

Os índios, então, construíram uma nova imagem dos brancos. Não mais distantes, agora ambíguos: ao mesmo tempo agressores e provedores de bens desejados. Por outro lado, sua própria auto-imagem também foi impactada por este processo: os Waiãpi passaram a se comportar como um povo que precisava de proteção.

Em 1979, o Governo Federal resolveu, no ímpeto de desenvolver a Amazônia, financiar pelo BASA centenas de famílias para o cultivo de arroz e mandioca, resultando a ação num enorme fracasso, pois não se conseguiu comercializar a produção. Deve-se ressaltar que a região do Amapari, entre 1985 e 1986, foi retomando a atividade agrícola intensiva devido a uma ocupação da Perimetral Norte, a partir do Riozinho, por várias famílias de maranhenses, goianos, piauienses, paraenses e outras, que formaram o assentamento da Perimetral, mas tendo ainda como atividade principal o garimpo do ouro. Esse período chega até o início do governo Collor, em 1989, quando há uma enorme queda no preço do ouro inviabilizando tal atividade.

• **Anos 80 : a gradual retomada territorial**

Em pouco tempo, entretanto, os Waiãpi foram percebendo os inumeráveis prejuízos trazidos pela sedentarização. Crescia o desencanto com a convivência com a Funai, cujo suprimento das necessidades materiais dos índios era cada vez mais deficiente, principalmente a partir de 1982, quando os Waiãpi deixaram de estar vinculados ao Departamento de Índios Isolados da Funai e sua assistência passa a ser realizada por um Posto Indígena comum. Isso deteriorou ainda mais a assistência que recebiam da Funai, o que foi uma catástrofe, principalmente em termos de saúde. Até o início dos anos 90, o surgimento e a disseminação de novas doenças, como gripes, malária e outras, causaram inúmeras mortes entre os índios por absoluta insuficiência de assistência médica.

Além disso, a tensão interna, conseqüente à concentração populacional e às dificuldades das atividades econômicas, foi um fator igualmente importante para esta percepção. Adicionalmente, sedimentava-se um grande desconforto, oriundo das invasões efetuadas pelos garimpeiros nas áreas desativadas com a chegada da Funai e dos missionários. Nas eventuais expedições que os índios ainda realizavam ocasionalmente por seu território, ocorriam tensos encontros com invasores.

Em relação a este último aspecto, os Waiãpi foram aos poucos vencendo o medo que haviam desenvolvido em relação aos garimpeiros, constatando, ao mesmo tempo, que a Funai nada faria para auxiliá-los numa retomada territorial.

Nesse processo, receberam apoio da antropóloga Dominique T. Gallois, que, com o propósito de realizar estudos, vinha visitando a área desde 1977. No próprio processo de pesquisa, quando procurou conhecer as áreas de ocupação Waiãpi no período anterior à sedentarização e às invasões, a antropóloga acompanhou os índios que voltavam a percorrer o território, para retomar suas terras. Solicitaram seu apoio para formalizar junto à Funai os limites da área que consideravam uma extensão mínima a ser garantida como de posse exclusiva. E foi então, nesse contexto que se encaminhou, em 1978, a primeira proposta de delimitação da T.I. Waiãpi, que seria discutida e acertada através de um Grupo de Trabalho (GT) da Funai, em 1980. Este GT, integrando diversos técnicos da Funai, acordou com os Waiãpi uma proposta de delimitação bem maior que a atual, pois incluía a área de ocupação tradicional no alto rio Jari e rio Cuc, onde ainda viviam remanescentes de um sub-grupo outrora numeroso.

A formalização do processo de eleição dos limites da área junto à Funai, por intermédio da pesquisadora, coincidiu, portanto, com o processo de retomada territorial dos índios e restabelecimento do padrão disperso de ocupação territorial. As invasões dos garimpeiros geraram um processo de conscientização dos Waiãpi, que passaram a definir seu território, baseados nas necessidades de exploração econômica e ocupação dispersa, como aquele ocupado antes da chegada dos garimpeiros, da Funai e da Perimetral. Território este quase que totalmente ocupado por garimpeiros, naquele período. Guiados por líderes mais conscientes dessa nova situação e da inoperância dos órgãos oficiais, os Waiãpi decidiram expulsar os invasores.

Entre 1984 e 1993, foram realizadas pelo menos 20 operações, sob exclusivo controle dos Waiãpi. O sucesso nas expulsões foi garantido, por um lado, pela conscientização dos índios e, por outro, pelo padrão de exploração garimpeira, que reunia não mais que 30

homens, possibilitando assim a ação indígena. Os métodos utilizados eram mais de agressões verbais do que físicas. Os garimpeiros eram despidos e reconduzidos a Macapá, sob fortes insultos orais dos índios. Após essa expulsão, os Waiãpi passaram a praticar, eles mesmos, a extração de ouro nos garimpos, o que garantia não apenas a ocupação e o controle territorial, como também a geração de renda, ainda que as atividades fossem realizadas sazonalmente e em pequena escala.

A participação dos índios nas equipes de pesquisa de mineração serviu para mostrar exatamente onde se localizavam os garimpeiros, contribuindo assim, mais com o processo de retomada indígena do território do que com a invasão dos mineradores.

Em 1984, revoltados com o vaivém de veículos de mineradoras e garimpeiros, os Waiãpi colocaram uma corrente na estrada Perimetral, na entrada da Área, dificultando as invasões por terra. Nesse mesmo ano, é realizado um novo GT para discutir os limites da Área Indígena, agora com novo dimensionamento, mais reduzido que nas propostas de 1978, conseqüentemente à iniciativa da Funai local de transferir os Waiãpi do Cuc para o Parque Indígena de Tumucumaque.

Até o início da década de 90, o processo de discussão sobre os limites da Terra Indígena corria paralelo à reocupação territorial pelos índios. Conforme crescia a conscientização coletiva e a capacidade dos Waiãpi de organizar incursões para expulsar os garimpeiros, antigas zonas de ocupação eram retomadas, suscitando pequenos acréscimos aos limites, aprovados através de documentação encaminhada à Funai para anuência.

Em 1989, a questão das terras indígenas fica confusa, passando a estar vinculada ao INCRA, para depois retornar à Funai. Nesse mesmo ano, surgem as Florestas Nacionais (FLONAS). Uma delas incide sobre o território Waiãpi, o que acarretaria na redução da área para praticamente a metade. Os índios, com apoio de algumas pessoas, articulam-se, mandam três lideranças para Brasília e conseguem, junto à Procuradoria Geral da República, a reversão do processo, que teria reduzido sua Terra pela metade, obtendo ainda a garantia da manutenção dos limites definidos pelo GT de 1984.

• **Anos 90: Parceria com o CTI, em busca de garantias territoriais**

No final dos anos 80, apesar da retomada do padrão de ocupação dispersa, prosseguiram tentativas de invasão por parte de garimpeiros, em áreas até hoje visadas pelos interesses de empresários da mineração:

- no limite nordeste, às margens do rio Visagem, lotes minerais requeridos junto ao DNPM vêm sendo pesquisados ou explorados intermitentemente;
- no limite norte, na região das cabeceiras do rio Inipuku, uma pequena mineradora, conhecida como "Montenegro" operou ilegalmente durante a década de 80, para extrair tantalita. Em 1991, os Waiãpi expulsam definitivamente os trabalhadores dessa empresa, queimando as instalações, inclusive um avião, e rebatizando o local de "Okakai" (casa queimada). Após este incidente, os garimpeiros deslocaram-se para o garimpo denominado "Palmito", fora do limite demarcado mas suficientemente próximo para deslocamentos a pé até a pista de Okakai utilizada para pousos de abastecimento.

Concomitantemente, a pressão da colonização ao longo da Rodovia Perimetral Norte aumentou significativamente, resultando em incursões freqüentes dos moradores das vilas do Tucano na faixa situada no limite leste. De fato, com a queda da atividade garimpeira nos últimos dez anos, muitas famílias voltaram a seus terrenos e retomaram a atividade agrícola. O movimento de ocupação à margem da estrada também foi se alterando com o esgotamento das alternativas de trabalho antes oferecidas pela ICOMI, empresa que explorava manganês na Serra do Navio.

2. Assessoria e ações do CTI junto ao povo Waiãpi

No final da década de 80, os líderes de todas as aldeias Waiãpi iniciaram um movimento de mobilização e reivindicação para se defender da constante pressão e insegurança, da inoperância dos órgãos oficiais, que prometiam havia mais de 10 anos a regularização da terra indígena, isso somado à total ausência de assistência médica, educacional e de suprimento de mercadorias. Foi nesse contexto que eles solicitaram à antropóloga Dominique T. Gallois um apoio mais abrangente às suas demandas de assistência e capacitação. O CTI começou, então, um programa de atuação na área.

"Uma das características da assessoria antropológica fornecida a este povo, ao longo de muitos anos, foi a de representar um ouvido e um ponto de vista diferenciado em relação à voz e às intervenções protecionistas convencionais, da Funai, das missões ou do Estado. Ao contrário dessas, nossas intervenções visam estimular as iniciativas de controle por parte dos índios e instrumentalizá-los, através de atividades de formação e informação, especialmente no que toca à responsabilidade que os índios têm na proteção de suas terras. Assim, para o CTI, o controle territorial, em seu sentido pleno, implica necessariamente a ocupação e o uso desse território pela comunidade indígena, de acordo com calendários e formas de manejo que lhe são específicos, porque foram construídos num processo de seleção que envolve tanto os elementos ambientais, como sociais, políticos e econômicos mais significativos da situação de contato em que se encontra o grupo indígena" (Gallois, 1998).

O objetivo principal deste programa com múltiplas ações é contribuir para o fortalecimento da autonomia, da autogestão e do desenvolvimento sócio-cultural do povo Waiãpi, atendendo a demandas formuladas diretamente pelos índios. Todas as ações e assessorias são prestadas aos índios, e não a agências intermediárias, e têm um caráter predominantemente educativo.

• *Ações educativas e fortalecimento cultural*

Uma escola adaptada a seus interesses e à capacitação instrumental para a gestão de seus próprios projetos culturais e econômicos, foi a primeira reivindicação dos Waiãpi. Desde 1992, o CTI promove a formação de jovens que, hoje, já atuam como professores, intérpretes e, no último período, assumiram a gestão do Conselho das Aldeias / Apina. O Programa de Educação em andamento conta com apoio financeiro da Operação "Um Dia de Trabalho" (OD) e Fundação Mata Virgem (NFR) ambos da Noruega e tem como meta a capacitação de jovens para o controle das escolas e das enfermarias de suas aldeias. Cursos de formação básica, de adultos, magistério, administração e outros, bem como materiais didáticos específicos, são organizados com apoio do MEC e do Núcleo de

Educação Indígena (NEI) da Secretaria Estadual de Educação do Amapá, para atender o imenso interesse dos Waiãpi em dominar conhecimentos e técnicas antes exclusivas dos não-índios. As atividades de educação e intercâmbio cultural também foram apoiadas pelo Projeto Video nas Aldeias, do CTI, mantendo videotecas nas aldeias e habilitando cinegrafistas indígenas.

• **Controle territorial e alternativas produtivas**

A demarcação de sua terra é outra reivindicação que foi atendida, como resultado de várias etapas de trabalho. A identificação da área, cuja delimitação foi aprovada em 1984 e efetivada em 1985, ocorreu paralelamente às iniciativas que os Waiãpi colocavam em prática para a defesa territorial, o que resultou na expulsão de todos os garimpeiros invasores de sua terra e num plano de vigilância assumido por todas as aldeias. Tudo isso levou, finalmente, à concretização da demarcação física, entre 1994 e 1996, com apoio da Cooperação Técnica do Governo Alemão / GTZ que, através de convênio com a FUNAI, financiou o CTI para a coordenação das atividades em campo, realizadas com intensa participação indígena. Durante os três anos de sua duração, houve intensa participação dos Waiãpi nas atividades da demarcação. Esse processo trouxe inúmeros benefícios para os índios. Em primeiro lugar, atuando diretamente na demarcação, reforçaram seu controle territorial. Em segundo lugar, a experiência constituiu uma oportunidade para uma efetiva articulação coletiva, pois membros de diferentes aldeias passaram a comunicar-se com maior freqüência pelo rádio, trocando experiências que fomentavam discussões coletivas nas grandes reuniões da demarcação. Com isso, os Waiãpi sentiram-se muito fortalecidos perante a sociedade nacional, o que serviu de base para a criação do Conselho das Aldeias / Apina.

Para atender a uma demanda antiga e persistente dos Waiãpi com relação à diversificação de suas atividades de produção destinada à comercialização, o CTI investiu em ações que conjugavam fomento e capacitação para a implantação de alternativas socialmente e ambientalmente equilibradas. Assim, desde o início dos anos 80, quando expulsaram a maior parte dos garimpeiros invasores de sua terra, os Waiãpi faíscam ouro, em pequena escala e em ritmo sazonal. Como haviam herdado dos garimpeiros técnicas ambientalmente inadequadas, o programa "Recuperação ambiental e controle territorial", financiado pela SEMAM em 1992/93, visou reorientar suas práticas em novos moldes. Hoje, os índios continuam garimpando em pequena escala, sem uso de mercúrio e com capacidade para recuperar as áreas trabalhadas. Nos anos de 1994 e 1995, a assessoria técnica prosseguiu através do programa "Controle territorial e diversificação do extrativismo Waiãpi", financiado pela CEE, que consolidou a adequação da atividade de garimpo indígena a parâmetros ambientais adequados e iniciou experiências de diversificação da produção extrativista para fins de comercialização. Para ampliar o plano de recuperação nas áreas degradadas pelos garimpeiros invasores, o CTI, juntamente com o APINA, idealizou o projeto "Recuperação e despoluição de áreas degradadas por garimpo na TI Waiãpi". Aprovado em 1996 no quadro dos Projetos Demonstrativos / Amazônia - PD/A, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), sua implantação foi suspensa na seqüência da campanha deflagrada contra o CTI e o Apina, conforme explicado adiante em *A Guerra dos Papéis*.

Após a conclusão da demarcação física, o CTI foi solicitado pelos Waiãpi a apoiar a execução de seu plano de fiscalização permanente nos limites demarcados. Para atender

esta demanda, o CTI deu início em 1996 ao Programa de Vigilância e Controle Territorial, realizado através de contrato com o PPTAL-FUNAI. O programa foi interrompido por dois anos, em função da suspensão do convênio com a FUNAI, mas foi retomado em outubro de 1999. Consiste em um conjunto articulado de ações visando capacitar a comunidade indígena para a manutenção permanente dos limites de sua terra. São ações de acompanhamento antropológico e ambiental, expedições de equipes indígenas para fiscalizar os limites da área, ativação e reativação de núcleos de ocupação e de produção, implantação de viveiros de mudas de espécies frutíferas, programa oficina e incluem, ainda, suporte e capacitação dos Waiãpi para a administração do plano de vigilância. Uma das atividades principais neste âmbito é o apoio técnico ao plantio consorciado de cupuaçu e pupunha, realizado pelos índios em trechos da picada nos limites leste e sul da área que, além de garantir a visibilidade dos limites, constituirá uma futura fonte de renda para a comunidade.

• **Ações na área de saúde**

Finalmente, a partir de meados de 1996, o CTI iniciou atividades na área de saúde, através do Programa de Saúde Waiãpi / PSW, realizado com apoio da Secretaria de Saúde do GEA. O trabalho visava melhorar as condições de saúde em todas as aldeias da área e reorientar as práticas assistenciais vigentes. Para garantir maior autonomia da comunidade, foi dado início à formação de agentes de saúde indígenas. Em meados de 1997, o PSW foi transferido para a gestão do Apina. No momento, as ações de assistência à saúde estão sendo transferidas para a gestão do Distrito Sanitário Indígena do Amapá, desenvolvido com a participação da FNS, do GEA e de organizações não-governamentais.

O objetivo principal e permanente do trabalho do CTI é garantir a participação indígena, capacitando os índios para a auto-gestão. A demanda dos Waiãpi, efetivamente, centra-se na autonomia que desejam adquirir em relação ao controle das práticas assistencialistas vigentes. Esta expectativa e o apoio que o CTI tem oferecido chocam-se, entretanto, com visões mais tradicionais a respeito dos índios, tidos como incapazes de superar a condição de permanentemente assistidos. Um modelo paternalista que já demonstrou ser ineficiente e superado, especialmente porque não impediu, em inúmeras áreas indígenas, nem a cooptação e exploração dos índios, nem danos irreversíveis ao meio ambiente.

3. Uma "Guerra dos Papéis"¹ afeta a continuidade dos trabalhos

A Ação Civil Pública (ACP) iniciada em 1996 contra a realização do "Projeto de recuperação e despoluição de áreas degradadas por garimpo na T.I. Waiãpi" ainda não chegou a uma decisão final. Proposto pelo Conselho de Aldeias Waiãpi – APINA, a ser executado pelo CTI, o referido projeto teve a aprovação do Ministério do Meio Ambiente e seria financiado pelo PDA. No entanto, nunca chegou a ser implementado.

O CTI e sua equipe técnica, desde então, enfrentam uma ostensiva campanha difamatória e, além da ACP, alguns deles estão sendo processados pessoalmente. Todos os programas em parceria entre CTI e APINA na área Waiãpi foram suspensos por um longo período ou

¹ Conforme denominação que os Waiãpi deram à campanha de difamação lançada contra o trabalho de parceria que mantêm com o CTI, envolvendo-os na produção de cartas, dossiês e entrevistas para jornais,

debilitados, prejudicando o atendimento de demandas imediatas e de desenvolvimento comunitário deste povo indígena. Diante da campanha difamatória, o CTI e os Waiãpi foram impelidos a entrar numa dispendiosa "guerra de papéis" para defender-se, desmentir as falsas acusações e promover o esclarecimento dos programas que em parceria vinham desenvolvendo. Com isto, foi possível demonstrar que os ataques ao CTI e a seus programas na área Waiãpi fazem parte de um jogo de interesses políticos vinculados às demandas das empresas mineradoras que exploravam ou têm interesse em explorar as riquezas existentes nos territórios indígenas. O CTI, de certa forma, tem servido de bode expiatório nas tentativas de desvalorizar e eliminar os trabalhos realizados pelas ONGs junto aos povos indígenas no Brasil. No caso específico aqui tratado, a campanha difamatória e os processos judiciais têm sido muito proveitosos para fortalecer o *lobby* parlamentar daqueles que desejam ver a Lei Jucá aprovada² e o enfraquecimento dos direitos indígenas.

A contenda jurídica tem tido seus altos e baixos. Depois de uma proibição total em 1997, o CTI é autorizado a retomar os convênios e programas na área de educação, saúde e vigilância territorial em agosto de 1998, por uma revisão parcial do Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa de sua decisão inicial. No entanto, a FUNAI não restabeleceu o convênio que anteriormente mantinha com o CTI, o qual, além de não conseguir autorização para suas equipes entrarem em área, foi constantemente ameaçado por funcionários da AER/FUNAI local, apoiados por setores da sede, em Brasília, de ser retirado da área pela Polícia Federal. Nem mesmo a Decisão do Juiz e as garantias da Procuradoria Geral da República (PGR) foram suficientes para reverter a situação. Desta forma, somente contando com o apoio permanente do Ministério da Educação, do NEI/AP, do Setor de Educação da FUNAI, do PPTAL e da PGR foi possível seguir com os programas de educação e saúde.

O programa de vigilância e controle territorial, que conta com apoio do PPTAL, não pôde ser retomado nessa época. Com a interrupção das atividades de fiscalização nos limites da área, novos focos de invasão foram constatados pelos Waiãpi, nas faixas de limites mais cobiçadas pelos garimpeiros e, mesmo diante das permanentes denúncias dos Waiãpi, nenhuma providência era tomada pelo órgão tutelar.

APINA e CTI seguiram com seus esforços em esclarecer e reverter a situação. No dia 28 de abril de 1999, finalmente obteve-se uma Decisão do Juiz Federal do Amapá João Bosco Costa Soares da Silva que assinalou que "*A questão debatida nos presentes autos ressenete-se de acentuados aspectos políticos, sociais, econômicos e até ideológicos*", acrescentando em seguida que foi "*Fácil perceber que este processo, ao contrário do que tenta fazer parecer, desfavorece aos próprios índios, já que visa obstar a evolução de projetos destinados a auto-sustentação desses povos*"³. Nesta Decisão, o Juiz reconhece a idoneidade e importância do trabalho desenvolvido pelo CTI junto ao povo Waiãpi. Além disto, a decisão atesta a relevância do projeto proposto pelo CTI e APINA para o

² A Lei Jucá, sendo aprovada, permitirá a entrada de empresas de mineração em terras indígenas.

³ Veja-se Decisão do Juiz Federal João Bosco Costa Soares da Silva, referente ao PROCESSO Nº : 1997.31.00.001717-4, AÇÃO CIVIL PÚBLICA CLASSE 7100; REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; PROCURADOR: JOÃO BOSCO DE ARAÚJO FONTES JÚNIOR; REQUERIDOS: UNIÃO FEDERAL. Macapá, AP, 28/04/1999.

desenvolvimento de práticas auto-gestionárias e de autonomia, na medida que se somam projetos sócio-econômicos com educativos: **"vitória do usufruto indígena"**⁴.

Apesar desta decisão e do fato de ela ordenar também a execução integral e imediata de tal projeto, exigindo as devidas garantias da FUNAI e Ministério do Meio Ambiente, a situação praticamente não se alterou. Particularmente, a FUNAI continuou não atendendo ao mandado do Juiz e, mais que isso, entrou com um Agravo de Instrumento contra tal Decisão no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Este Instrumento e a Decisão dele decorrente, proferida no dia 1 de julho de 1999, pela Juíza Assusete Magalhães, pautam-se nas mesmas acusações infundadas, difamantes e nunca comprovadas, que foram usadas no instrumento inicial da Ação Civil Pública e, portanto, desconsideram toda e qualquer argumentação e provas da defesa do CTI e APINA, assim como a Decisão do Juiz de Macapá. Mas, ainda assim, o que decide a Juíza é restabelecer a decisão do Juiz Marcelo Dolzany, ou seja, autorizar todos os programas, menos o "Projeto de Recuperação e Despoluição Ambiental de Áreas Degradadas por Garimpo na T.I. Waiãpi" (PDA/Waiãpi) Após esta decisão, a Procuradoria de Macapá foi solicitada a pronunciar-se, ocasião em que apresentou uma contra-minuta pedindo efeito suspensivo ao agravo da FUNAI e a manutenção da Decisão do Juiz João Bosco, de autorizar todos os programas, inclusive o PDA. O CTI, por sua vez, entrou com um petição de invalidade deste recurso da FUNAI e, no momento, são aguardadas novas decisões da justiça.

Por outro lado, após a decisão da Juíza Assusete Magalhães, o Presidente da FUNAI finalmente assinou nova Portaria, de nº 665/99, no dia 11/08/99, restabelecendo os Convênios com o CTI e autorizando o ingresso das equipes na Área para realização das atividades permitidas pela referida Juíza. Ainda assim, a AER/Macapá, com apoio da Procuradoria Geral da FUNAI, procurou mais uma vez impedir o ingresso em área de uma equipe do CTI, que se viu obrigada a recorrer a seu advogado e à Procuradoria Geral da República para ver reconhecida a portaria da própria FUNAI... É público o fato de que na FUNAI convivem grupos com posturas contraditórias em relação à função de tutela deste órgão. Alguns departamentos, como o de Educação e o PPTAL, têm mantido um processo de parceria com ONGs e associações indígenas com vistas a apoiar a iniciativa indígena de construção de sua autonomia e auto-sustentação. Este trabalho tem sido permanentemente obstruído por outros grupos, como o DEPIMA, que investem na manutenção de uma relação retrógrada tutelar e assistencialista.

Paralelamente a toda esta crise, está em pleno funcionamento a CPI da FUNAI que, conforme anúncios antecipados de seu relator, irá propor a revisão de todas as demarcações de terras indígenas, a revisão de convênios com ONG's para atendimento à saúde, além de mostrar uma fobia contra as ONG's e profissionais estrangeiros que trabalham em áreas indígenas. Tem ficado claro para os diferentes atores envolvidos na questão que esta CPI é outra tentativa dos representantes dos interesses de mineradoras, fazendeiros e madeireiros - entre outros que têm seus privilégios afetados pela demarcação das terras indígenas - de reverter este processo de reconhecimento e implementação dos direitos indígenas e seu desenvolvimento autônomo e auto-gerido.

⁴ Expressão usada pelo Instituto Socioambiental (ISA) em nota divulgada na Internet no dia 30/04/1999, sobre a Decisão do Juiz Federal João Bosco Costa Soares da Silva, de Macapá/AP, em 28/04/1999.

4. Novo contexto social e pressões do entorno da TI Waiãpi

A criação do Município de Pedra Branca, em maio de 1992, desencadeou um processo de transformação na região, atraindo expressivo contingente populacional, devido às ações, principalmente da Prefeitura e do INCRA, que levaram à implantação de serviços públicos municipais. O crescimento do índice demográfico deu-se em função da instalação de empresas mineradoras, de pequenas empresas no setor madeireiro, que iniciaram a exploração do potencial florestal da região do Amapari, bem como de um comércio rudimentar, além da agricultura familiar, que é majoritária tanto na estrutura agrária como na economia agroflorestal do município. Atualmente, o município conta com uma população de 3.598 habitantes (Estimativa/98 – IBGE).

O intenso crescimento populacional é observado em todo o estado, que passou de 289 mil habitantes em 1991, para 430 mil, em 1996 (GEA, 1999).

• *Os índios Waiãpi apontam riscos de invasão em sua terra*

Os índios Waiãpi estão conscientes do recente aumento do risco que sofre a manutenção de seus limites. Essa situação de pressão é originada por condições adversas próprias de cada situação, determinando reações e providências diferentes, por parte dos índios, para cada frente invasora.

ao norte - na região do Montenegro (Okakai), os índios constataram a reutilização da pista de pouso ali existente, aberta por um grupo de garimpeiros no início dos anos 80. Não há registro de que os garimpeiros tenham voltado a trabalhar na área indígena, mas há indícios de que a pista está sendo usada para abastecer o garimpo "Palmito", situado nas proximidades da picada da linha seca, no limite norte. Essa situação está preocupando os principais líderes Waiãpi, uma vez que os garimpeiros estão fazendo pressão para tornarem a explorar a área, inclusive com cooptação de alguns índios e complacência de funcionários da ADR/Funai local. Durante suas incursões de fiscalização dos limites, os Waiãpi foram surpreendidos ao encontrarem suas roças de mandioca e algodão destruídas;

ao sul - limita-se com o norte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS do Rio Iratapuru, ocupada e explorada por extrativistas organizados em cooperativas, onde coletam e beneficiam sua produção de castanha-do-Brasil. Esta é a faixa com menor problema, considerando-se os riscos de invasões por parte dos 193 extrativistas, uma vez que são raros os deslocamentos dessa população até o limite da TI Waiãpi, ocorrendo esporadicamente, principalmente na época da safra de castanha, que eles exploram para produzir biscoitos. Toda a população da RDS concentra-se em pequenas comunidades na foz do Rio Iratapuru, na confluência com o Rio Jari, do qual é afluente.

a oeste - limitada pela região do Rio Jari, que percorre toda essa faixa, essa área foi marcada por intensas atividades garimpeiras nos anos 80, que foram sendo abandonadas ao longo dos anos 90, na medida em que sua produção foi se esgotando. Atualmente, tem-se registro de alguns pequenos garimpos funcionando no Rio Cuc, afluente do Jari, próximo à T.I. Waiãpi. Na região do Rio Inipuku, nas proximidades da aldeia Ajawary, os Waiãpi identificaram vestígios de estada de não-índios na área, sendo inclusive notada a circulação de garimpeiros naquele rio.

a leste - é a zona mais afetada, em função da abertura de vários ramais da Rodovia Perimetral Norte, que chegam ao limite da TI Waiãpi, nos rios Visagem e Riozinho. Isso teve como efeito o adensamento da colonização, através do aumento do número de assentamentos agrícolas introduzidos pelo INCRA, contrariando recente legislação que regula a implantação de assentamentos em áreas de floresta. Essa realidade vem preocupando os Waiãpi, na medida em que estão sendo registradas incursões para caça e coleta de cipós, e até mesmo invasões de animais pertencentes aos colonos.

a nordeste - nas margens do rio Visagem, os Waiãpi notificaram diversas incursões de garimpeiros, que adentram o limite da Área para atividades de caça ou de pesquisa mineral. Uma nova aldeia foi criada para a vigilância desta zona, que os Waiãpi consideram estratégica por constituir uma passagem natural para a bacia do rio Aimã, outra zona muito visada pelas invasões.

• ***Intensa colonização nas margens e nos ramais da Perimetral***

O Projeto de Assentamento Perimetral, implantado pelo INCRA, foi instituído através do Ato de Criação POR 00290, de 01.04.87, com uma área de 34.000 hectares. Tem capacidade para assentar 680 famílias e conta atualmente com 259 famílias instaladas (INCRA/SIPRA, 1999). Sua produção, área cultivada e população, decorrente das comunidades formadas ao longo do assentamento da rodovia Perimetral Norte e às margens do Rio Amapari, são descritas a seguir.

Ao longo da Rodovia Perimetral Norte e de suas vicinais recém-abertas, famílias de colonos vêm se instalando e desenvolvendo atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas. A agricultura praticada pelos colonos segue um modelo de corte, queima, plantio e pousio semelhante ao praticado pelos Waiãpi. Porém, o uso de um espaço limitado para a realização das roças faz com que os impactos do replantio numa mesma área, causem um empobrecimento acelerado dos solos e, conseqüentemente, a impossibilidade de recuperação da floresta.

É interessante notar, entre os colonos, diferenças de trato cultural e de escolha de espécies cultivadas. As famílias de origem autóctone realizam uma agricultura mais semelhante à indígena. Embora nordestinos e amapaenses cultivem igualmente abóbora, milho, mandioca, macaxeira e melancia, os primeiros introduzem também o arroz e, os segundos, batata doce, cana e gengibre. Essa diferença determina o estágio da mata a ser derrubada para dar lugar à roça. Verifica-se que o milho e a mandioca, por exemplo, obtêm melhor produção na capoeira, enquanto a banana e o arroz produzem melhor no roçado de mata virgem. Além das roças, tem sido estimulada a implantação de consórcios comerciais, especialmente de pupunha sem caroço, cupuaçu, açaí, e o modelo de agricultura em andares.

Muitos colonos também criam aves e porcos. A pesca é outra atividade comum desta população. Ela é praticada nos rios, igarapés e lagoas. Alguns aderiram a um programa conduzido pelo RURAP, que tem introduzido a criação de tambaqui em pequenos tanques, alimentado com ração e farelo, farinha de carne, frutas e restos de comida. A caça de animais silvestres é realizada nas florestas do entorno durante todo o ano, servindo muitas vezes como uma das principais fontes de proteína animal para as famílias locais.

Os produtos florestais secundários, como produtos medicinais, a exemplo da copaíba, da andiroba e do leite-do-amapá, típicos da região, ajudam a compor a alimentação, e servem como matéria prima para utensílios domésticos, como o cipó-titica, além de constituírem uma fonte de renda. Porém, a extração madeireira, que outrora era realizada em pequena escala, é atualmente uma atividade em franco crescimento. O açaí é o principal produto manejado por essas populações. Juntamente com a farinha de mandioca e o peixe, o açaí é um ingrediente básico da sua dieta, representando ainda importante fonte de renda, já que 50 % da produção é destinada a comercialização.

Nessa região, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e as Prefeituras de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio executam projeto financiado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA/PED, apoiando os agricultores na implantação de sistemas agroflorestais e construção de dois complexos de unidades de beneficiamento (um em cada município), para produção de farinha de banana e polpa de frutas com capacidade de beneficiar de 50 a 300 kg/h/unidade, a depender da espécie beneficiada. Atualmente, ambas encontram problemas de gerenciamento, estando paradas por falta de matéria prima.

A Prefeitura de Serra do Navio, com apoio financeiro do Ministério da Agricultura, através do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF, implantou infra-estrutura de apoio à comercialização e produção de alevinos para incentivar a piscicultura.

• **Interesses minerais na região**

A exploração de ouro, realizada tanto por garimpeiros como por empresas constituídas, iniciou-se no Amapá no século XIX e teve continuidade durante este século, com duas características apontadas por Pasca (1997:2):

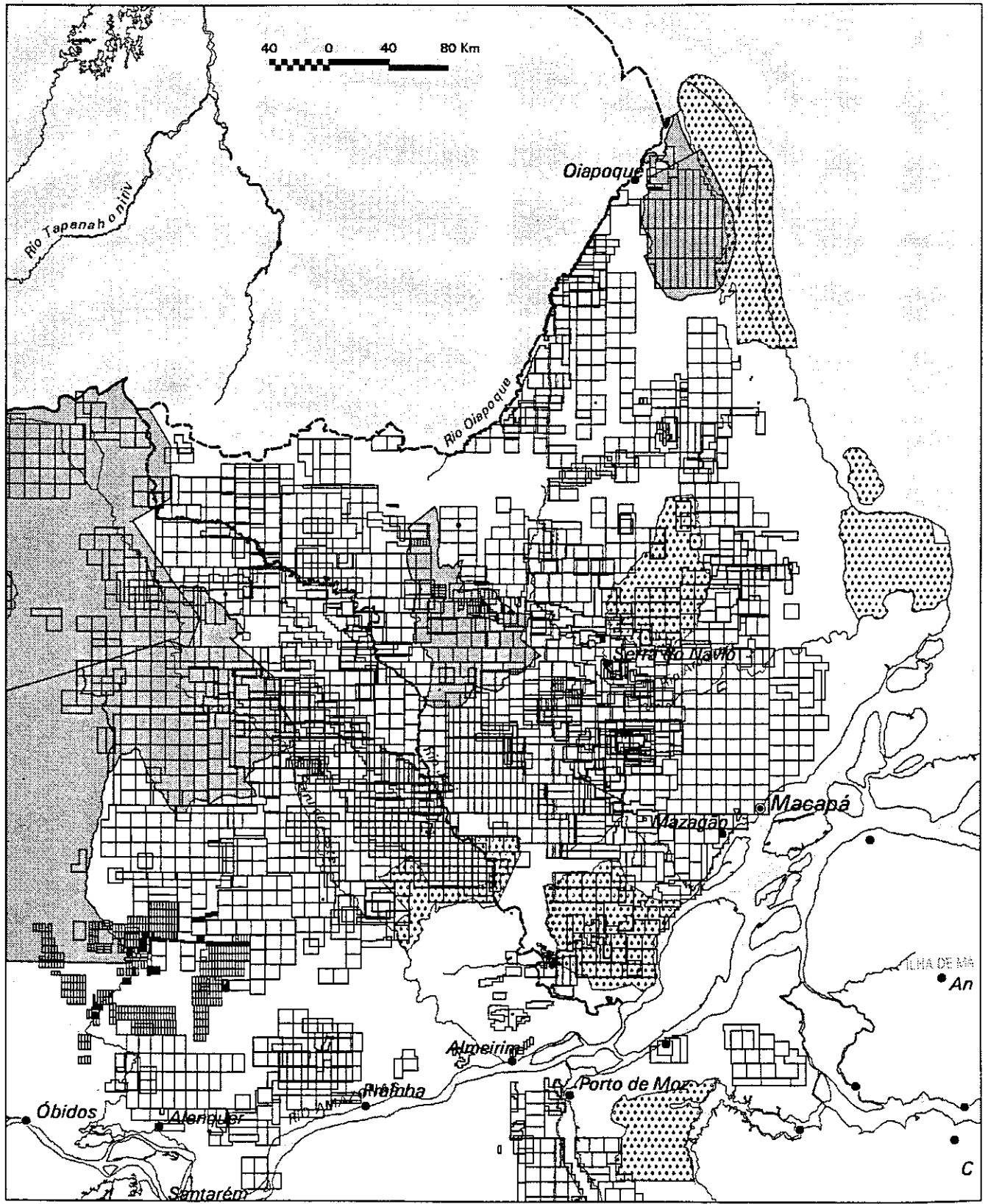
- o deslocamento periódico das frentes para novas áreas, do Araguari e Amapari, para o Vila Nova e, na década de 60, para o Lourenço;
- uma divisão clara entre garimpeiros – que trabalham os depósitos aluvionares – e empresas, que exploram as jazidas primárias.

O estudo de Pasca ainda mostra que a produção garimpeira no Amapá atingiu o auge entre 1987 e 1988, quando foi estimada uma extração de cerca 3 toneladas. Na década de 90, a atividade sofreu uma queda abrupta, devido ao fechamento de empresas e à exaustão dos depósitos aluvionares garimpáveis (1997:4). Este processo de falência da atividade e o baixo patamar da população garimpeira no estado – estimada em cerca de 1500 pessoas (Pasca, 1997: 5) – pode ter representado uma tendência momentânea, devido à histórica oscilação da atividade na Amazônia. De acordo com diagnóstico apresentado por Pasca, observam-se na região situada no entorno da TI Waiãpi alguns fatores que indicam a possível retomada da atividade:

- a não sustentabilidade de outras atividades desenvolvidas pela população que coloniza as margens da Perimetral Norte;
- a descoberta de novas jazidas minerais, como resultado da intensa atividade de prospecção em curso na região da Serra do Navio, pelas empresas UGM / Mineração

INTERESSES MINERÁRIOS NO AMAPÁ

-  Terra Indígena
 -  Unidade de Conservação Federal
 -  Processos minerários ativos que possuem representação gráfica
- Fonte: DNPM, Sicom + Areas, 1998



Itajobi e, na fronteira oeste, Vale do Rio Doce, que poderão promover uma nova corrida garimpeira na região.

Recentemente, a Mineradora Minorco identificou uma área promissora no Município de Pedra Branca, com potencial para vários anos. Trata-se de uma das empresas da Anglo American Corporation do Brasil Ltda, que já possui áreas correspondendo a cerca de 10% da extensão do estado do Amapá (O Liberal, Amapá, 18.10.98). A instalação da empresa na região tem causado polêmica e denúncias, mas continua seu curso. De acordo com a Prefeitura de Pedra Branca, o adensamento da colonização na região já está se dando em torno das expectativas e alternativas que o empreendimento está gerando. O contexto poderá favorecer o eventual ressurgimento do garimpo no entorno da terra demarcada. Esta situação preocupa os Waiãpi, pois suas experiências anteriores com frentes garimpeiras na região foram extremamente negativas, como mostrou o histórico acima apresentado. Cabe inclusive ressaltar que a gravidade dos impactos destas experiências eliminam – na perspectiva dos índios – qualquer probabilidade de atividade conjunta entre garimpeiros e os Waiãpi.

O que mais preocupa os Waiãpi, neste momento, é o volume de pessoas e empresas, incluindo cooperativas de garimpos, que registraram seus interesses junto ao DNPM, conforme tabela abaixo, extraída do levantamento realizado pelo Instituto Sócio-Ambiental. Mais de 82% da área Waiãpi estão requisitados para prospeção mineral - esperando um desfecho no processo de regulamentação destas atividades. No entanto, diversos títulos irregulares foram consedidos pelo DNPM, mesmo após o processo de Identificação e Demarcação da T. I. Waiãpi. Não se tem notícia de que estes direitos estejam sendo exercidos, porém pressente-se que haja atividades ilegais que afetem diretamente terras dos Waiãpi.

Os índios estão particularmente preocupados com a regulamentação em curso da "Lei Jucá", que viabiliza a entrada de empresas mineradoras nas terras indígenas. Estão cientes das pressões a que serão submetidos, sob forma de tentativas de cooptação. Alguns movimentos nesse sentido já estão ocorrendo há algum tempo, por parte de empresários de garimpo e têm como alvo alguns indivíduos do grupo que se representa na APIWATA. Os representantes do Conselho das Aldeias / Apina, por sua vez, têm denunciado esta pressão em várias oportunidades e fortalecido sua posição de total recusa à entrada de empresas do setor mineral em sua terra.

Número e incidência de Requerimentos e Títulos Minerários na T.I. Waiãpi

Requerimentos de pesquisa mineral em terras Waiãpi e empresas, pré e pós Constituição de 1988, válidos junto ao DNPM em abril/98:

Mineradora	minério	requerimentos	
		antes	depois
ACARAÍ INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO (subs. da Paranapanema)	columbita	1	
	zircao	2	
CARBOMIL SA MINERAÇÃO E INDÚSTRIA	ouro	2	

FRANCISCO DE MENEZES SANTOS	ouro		1
INTER MINERAÇÕES LTDA	columbita	1	
	ouro	4	
KEYSTONE LTDA			4
KURAPIA WAIÁPI	ouro		23
MINERAÇÃO CALÇOENE LTDA	ilmenita	2	
	rutilo	4	
MINERAÇÃO GAMELAS LTDA	ouro		4
MINERAÇÃO IRIRI LTDA,	sapropelito	2	
MINERAÇÃO ITAJARY LTDA	minério de ouro		4
	wolframita	5	
MINERAÇÃO ITAMARACA LTDA	ouro		2
MINERAÇÃO ITAUBA LTDA	cassiterita	2	
MINERAÇÃO MAPUERA LTDA (subs. da CVRD)	enxôfre	4	
MINERAÇÃO MONT ISA DO BRASIL LTDA	ouro		4
MINERAÇÃO NAQUEL LTDA,	enxôfre	2	
MINERAÇÃO TANAGRA	ouro		36
MINERAÇÃO ZASPIR LTDA	ouro		1
NEWTON ALMEIDA RODRIGUES	cassiterita	4	
ODILSON BARCIK	cassiterita	1	
	ouro	5	
SÉRGIO CERQUEIRA BARCELLOS	cassiterita	4	
	ouro	4	
TOSHIMA MINERAÇÕES LTDA	tantalita	1	
VALE-USIMINAS PART. S/A (subs da CVRD)	enxôfre	3	
WALTER PEREIRA DO CARMO	ouro	4	
TOTAL		57	78

Títulos minerários em situação irregular na Terra Waiãpi

MINERADORA	Fase/Ano	minério	qtd.
ANTONIO CELSO DIAS FAÇANHA	Licenciamento/91	ouro	1
FERNANDO DE MENEZES SANTOS	Licenciamento/91	ouro	6
FRANCISCO DE MENEZES SANTOS	Licenciamento/91	ouro	2
JOSIAS BARBOSA DOS SANTOS	Licenciamento/91	ouro	5
MARIA LEONOR GONÇALVES DE OLIVEIRA	Aut. Pesquisa/83	ouro	1
TOTAL			15

Fonte: Documentos do ISA, nº 06 – Interesses minerários em T. Indígenas na Amazônia Legal.

5. Riscos e oportunidades de uma situação privilegiada

O processo de colonização atualmente em curso na região do Amapari e as pressões acima identificadas sobre o limite leste da TI Waiãpi já apresentam impactos tanto em termos do avanço da degradação ambiental constatado na região, quanto em termos sociais, dado o contexto desordenado em que o adensamento da ocupação vem ocorrendo. Trata-se de uma situação especialmente preocupante, considerando que, de uma perspectiva ambiental, até o momento, o Amapá manteve-se numa posição privilegiada.

É o único estado do país em que todas as terras indígenas tiveram sua demarcação e homologação concluídas com intensa participação indígena. Considerado como uma das últimas fronteiras, o estado sofreu um processo de degradação ambiental insignificante,

em relação a outras áreas. Estima-se que apenas 1,9 % de sua área tenha sido alterada (Zoneamento Ecológico Econômico, 1998 - in: GEA, 1999), além de ser um estado onde não se registraram conflitos de terra semelhantes aos existentes em outras partes da Amazônia.

Partir, nesse momento, desta situação privilegiada é uma grande oportunidade de não cometer os equívocos nos quais outros estados já incorreram. Nesse sentido, a orientação da atual administração do Governo do Estado do Amapá tem sido baseada numa linha de trabalho sensível a estas questões e tem sabido tirar proveito dessa oportunidade, através de programas de desenvolvimento sustentável e do apoio a comunidades, minorias e iniciativas que conciliem resultados econômicos com os sociais e ambientais (GEA, 1998/99).

- ***Propostas para o controle ambiental de uma "faixa compartilhada", em tramitação desde 1996***

A área de entorno de uma terra indígena deve ser entendida como uma faixa compartilhada por índios e não índios e, portanto, qualquer medida a ser ali desenvolvida deverá considerar as expectativas e necessidades dessas populações, de modo a oferecer alternativas de desenvolvimento com práticas não predatórias dos recursos naturais. Nessa ótica, as instituições envolvidas no processo, sejam elas municipais, estaduais, federais ou não governamentais, em conjunto com as comunidades locais, deverão responsabilizar-se por ações inerentes a sua competência, de modo a proporcionar o desenvolvimento sustentado das populações em questão.

A Resolução do CONAMA N.º 013 de 06.12.1990, que trata da criação de faixa de entorno, e a Lei N.º 7754 de 14.04.89, referente à proteção das florestas e nascentes de rios, estabelecem as diretrizes básicas para a regularização da área de entorno e ambas podem ser aplicadas na situação da T.I. Waiãpi. O Governo do Estado, no âmbito de seu Programa de Desenvolvimento Sustentado, assumiu o compromisso de viabilizar a legislação necessária para fazer cumprir a referida resolução.

Desde 1993, representantes dos Waiãpi, do CTI e da GTZ iniciaram gestões junto aos órgãos estaduais, federais e parlamentares, de modo a viabilizar a proteção ambiental dos limites da T.I. Waiãpi. Uma das iniciativas assumidas pelo GEA foi a elaboração do projeto "Desenvolvimento sustentável da pequena agricultura familiar, no município de Pedra Branca do Amapari", encaminhado à GTZ, tramitando desde 1996 na Agência Brasileira de Cooperação / MRE. A proposta inicial sofreu alterações a pedido dos órgãos federais (INCRA, FUNAI, IBAMA), mas a SEAF/GEA prosseguiu as negociações com esses órgãos em Macapá, envolvendo os agricultores e outras instituições afins, interessadas em viabilizar a aprovação do referido projeto.

- ***Propostas dos índios na "Agenda Positiva para o Amapá", 1999***

Em agosto deste ano, com apoio do MMA e do GEA, vários setores da sociedade e do poder público do Estado do Amapá discutiram o estabelecimento da "Agenda Positiva para o Amapá". O resultado do debate das propostas apresentadas por cada setor é

considerado como um acordo intersetorial que expressa um compromisso entre os participantes.

Entre as propostas apresentadas pelos representantes dos povos indígenas do Amapá, foram aprovadas as seguintes:

- Regulamentar e viabilizar o controle do entorno das áreas, para evitar invasões e buscar soluções para os usos existentes atualmente;
- Criar alternativas de renda, como a implantação de projetos de recuperação de áreas degradadas por garimpo, desmatamento e outros;
- Liberar o projeto "Recuperação de Áreas Degradadas por Garimpo na Terra Indígena Waiãpi" apresentado ao PD/A;
- Não permitir o acesso à exploração mineral em terras indígenas, opondo-se ao Projeto de Lei de autoria do senador Romero Jucá (MMA/GEA, 08.99).

• ***Iniciativas de controle territorial e ambiental já encaminhadas pelos Waiãpi e executadas com apoio de instituições parceiras***

Desde 1996, quando a demarcação de sua terra estava sendo concluída, os Waiãpi, reunindo então representantes de todas as aldeias, idealizaram soluções para a continuidade do seu plano de defesa territorial. O CTI apoiou estas iniciativas e, junto com o Conselho das Aldeias Waiãpi / Apina, deu encaminhamento a alguns projetos, que foram recebidos e aprovados por instituições que há vários anos tinham aberto espaço à parceria com os índios: o Ministério do Meio Ambiente (o PD/A e a Secretaria da Amazônia) e o PPTAL, conduzido conjuntamente por técnicos da Funai e da GTZ.

Em síntese, a parceria já concretizada entre os Waiãpi, os assessores do CTI e essas instituições está promovendo:

- ações que visam o equilíbrio ambiental da terra indígena, possibilitando ao mesmo tempo a auto-sustentação (cfr. PPTAL, 11.98)
- o uso racional dos recursos da terra indígena sem colocar em risco o meio ambiente e os padrões sociais e culturais envolvidos nas práticas de manejo indígena.

Segue abaixo uma síntese das metas e procedimentos de projetos que os Waiãpi idealizaram juntamente com esses parceiros, e que representam um passo significativo rumo às metas de sustentabilidade que eles vêm reiterando em diversas oportunidades (Agenda Positiva para o Amapá, 1999).

**Projeto PPTAL/FUNAI
"Programa de vigilância e fiscalização da TI Waiãpi"**

Executor: CTI

em andamento

Os objetivos deste projeto são:

- apoio à comunidade indígena na execução do plano de ocupação e fiscalização permanente da terra demarcada;
- ações de capacitação para fortalecer a organização comunitária com vistas à implantação de alternativas produtivas articuladas ao plano de ocupação e fiscalização, em padrões socialmente e ambientalmente adequados;

- monitoramento e produção de subsídios destinados a equilibrar as relações que os Waiãpi mantêm com a população que vive no entorno da terra demarcada.

Metas para o ano 2000:

- operacionalização, com a participação da comunidade, de atividades de fiscalização (expedições para verificação dos limites demarcados; manutenção dos equipamentos comunitários através do programa oficina e outras);
- replantação do viveiro central e dos viveiros familiares, para a produção de mudas de espécies frutíferas (especialmente cupuaçu) e nativas, destinados a incrementar as plantações consorciadas nas principais picadas do limite leste e sul; implantação de roças experimentais nas aldeias mais distantes dos focos de contaminação (as aldeias da beira da estada) para a recuperação de cultivares (milho, batata doce, tabaco, algodão escuro, e outros);
- suporte técnico e de capacitação à Diretoria do Apina e aos secretários das aldeias, no que toca à administração do plano de vigilância e à implementação de alternativas de produção diversificadas.

Procedimentos:

- articulação de um conjunto de ações de caráter educativo, na forma de discussão e planejamento de todas as atividades;
- acompanhamento técnico, através de assessoria especializada, dos impactos sociais, políticos e ambientais das relações em curso com o entorno da terra demarcada; diagnóstico, com a participação da comunidade, da sustentabilidade do atual sistema de produção familiar e das alternativas locais para o suprimento das necessidades das aldeias;
- preparação inicial para a realização de um "zoneamento" que resultará da pesquisa participativa de todas as aldeias e será construído em acordo com interesses e padrões culturais da comunidade, como suporte para a viabilização e avaliação do plano de ocupação e uso da terra demarcada.

Projeto PD/A- MMA
"Recuperação e Despoluição de Áreas da Terra Waiãpi Degradadas por Garimpo"

Proponente: Conselho das Aldeias Waiãpi / Apina

Executores: CTI e CETEM/CNPq

em tramitação

Os objetivos deste Projeto são:

- a recuperação ambiental de trechos da bacia do Igarapé Aimã, no coração da TI Waiãpi, selecionada pela comunidade indígena como alvo inicial do Projeto por ser intensamente ocupada pelos índios;
- os trabalhos serão realizados com a utilização de maquinário adequado para a limpeza do mercúrio e prevê que o ouro obtido como produto secundário desse processo de despoluição será gerenciado pelos próprios Waiãpi para atender a demandas de interesse coletivo (*)

(*) Em nenhum dos projetos envolvendo a garimpagem praticada pelos Waiãpi, os técnicos do CTI interferem na comercialização do ouro produzido pelos índios. O papel da ONG é assessorar os índios, através do Apina, na utilização e prestação de contas dos recursos alocados pelos financiadores dos projetos, incluindo-se para tanto a contratação de técnicos especialistas e o treinamento dos Waiãpi para a auto-gestão.

Metas e procedimentos:

- a execução do Projeto visa garantir a participação intensa de equipes indígenas de diversos grupos locais (12 aldeias, 500 pessoas) e a continuidade do controle que estes exercem sobre os recursos naturais de seu território;
- o trabalho a ser realizado, em caráter piloto, para a despoluição do igarapé Aimã, poderá futuramente ser adequado para a recuperação de outras zonas degradadas (sul e leste da TI Waiãpi), num formato auto-gerido pela comunidade indígena;
- a capacitação dos índios para a gestão dos recursos monetários resultantes da produção secundária de ouro aluvionar e sua comercialização, na forma de investimentos capazes de atender demandas coletivas, sob supervisão do Conselho das Aldeias/ Apina;
- a diversificação concomitante das atividades extrativistas e agro-florestais, num formato capaz de atender, a longo prazo, às demandas específicas das 12 aldeias; tal diversificação visa tanto a auto-subsistência quanto a produção para comercialização, que será gerida pelas comunidades locais sob supervisão do Apina.

Essas metas só serão alcançadas mantendo-se a complementaridade das demais intervenções de caráter educativo que o CTI desenvolve na área, com apoio de diversos parceiros (órgãos federais, estaduais e instituições internacionais) nas áreas de educação, saúde, vigilância territorial e proteção do entorno da TI. Tais atividades vêm sendo realizadas por uma equipe de técnicos qualificados, especialmente no que diz respeito aos programas de capacitação visando a diversificação das atividades de auto-subsistência e de produção de excedentes para comercialização. A continuidade desses programas e a infraestrutura existente e controlada pelos índios representam a contrapartida do CTI e do Apina (R\$ 122.000,00) aos recursos alocados pelo MMA-PD/A (R\$ 198.000,00) ao longo dos 24 meses previstos para a execução do Projeto.

Tecnicamente, no que se refere à questão ambiental, enquadrada por procedimentos de geologia e mineração, o Projeto visa:

- Trabalhar uma área degradada por garimpo através de procedimento garimpeiro tecnicamente adequado para desenvolver metodologia e treinamento concomitante com a recuperação da área;
- Incluir no método: desmonte hidráulico, sucção de polpa e concentração gravítica; um protótipo inicial poderá sofrer adequações durante o desenrolar dos trabalhos;
- Lavar o rejeito e o cascalho remanescente recuperando o máximo possível de ouro e mercúrio (*), refazendo-se a topografia para o repovoamento vegetal orientado.

(*) O mercúrio demandará um estudo inicial que poderá, inclusive, determinar se alguma área não deve ser trabalhada. O Projeto não faz afirmações sobre quantidade de mercúrio no ambiente e que quantidade significativa vai ser recuperada. Pode-se afirmar apenas que é provável a existência de mercúrio e, se ele estiver ainda em sua forma metálica, poderá ser parcialmente recuperado, juntamente com o ouro. Isso porque o produto será um amálgama, com raras exceções de importância restrita (micro esferas). O estudo da contaminação será estendido também, finalmente, à população e à biota, o que não está previsto no Projeto, porque será feito com recursos (para análises) provenientes de outros convênios e de contrapartidas, aproveitando-se as facilidades operacionais. Finalmente, cabe esclarecer que a condução técnica do procedimento de despoluição estará sob responsabilidade não do CTI ou do Apina, mas do CETEM/ CNPq.

*O Projeto do PD/ A é para despoluir a nossa terra, mas não é só isso.
É também para tirar ouro, para manter as nossas coisas. Vocês não viram ainda o nosso trabalho e, por isso, não podem prender o nosso Projeto.*

Essas palavras do chefe Waiwai, no final da reunião de trabalho interinstitucional realizada na Secretaria do Meio Ambiente, em Macapá, no dia 10/04/97, sintetizam a posição da maioria da comunidade Waiãpi e a do Apina. Não aceitaram "outro caminho", quando lhes foi proposto modificar o conteúdo do Projeto, excluindo-se as atividades referentes à extração secundária de ouro aluvionar e mantendo-se apenas as ações de reflorestamento com vistas à recuperação dos estragos causados pelos invasores.

A garimpagem é uma alternativa de trabalho para gerar receita e dignidade para algumas populações indígenas. A legalidade desta atividade, controlada pelos índios, lhes é garantida, com exclusividade, pelo Artigo 44 do Estatuto do Índio.

Mas, para que esta alternativa não siga o exemplo da garimpagem degradante realizada - por terceiros ou pelos próprios índios - em várias áreas indígenas do País, torna-se necessário desenvolver metodologia adequada, como a que estamos propondo neste Projeto, cujas metas enquadram-se no PDA. Por isso, o MMA interessou-se em financiá-lo.

Em resumo, a proposta objetiva uma melhor articulação entre as atividades produtivas de escala atualmente sob controle dos Waiãpi. Trata-se de consolidar uma nova orientação na atividade garimpeira realizada por estes índios há muitos anos, evitando-se a multiplicação de pequenos garimpos explorados familiarmente, a serem reconduzidos num trabalho, coletivo ou de escala, de despoluição de uma área degradada, com produção secundária de ouro. Esta atividade será articulada ao seu atual esforço na implantação de plantios agro-florestais nas picadas da demarcação, como acontece com os consórcios de cupuaçu e pupunha, com viveiros familiares e central. É justamente pela sua escala não-familiar que essas atividades produtivas serão capazes de fortalecer a experiência de gestão autônoma, que é a expectativa final dos Waiãpi neste Projeto.

Este conjunto de intervenções tem como meta de resultado o fomento da participação indígena e o incentivo de modalidades de controle territorial que os Waiãpi selecionaram e com as quais tiveram sucesso até o momento porque mantêm-se adaptadas tanto às características ambientais quanto aos princípios de organização sócio-política deste povo. Demostram ainda essas ações que a efetiva proteção de uma terra indígena só pode ser mantida pela intervenção direta da própria comunidade.

Entretanto, o novo contexto de pressões e necessidades acima descritas representam um conjunto de desafios que configuram uma fase de transição. Os elementos desse diagnóstico e os parâmetros para a intervenção são indicados no próximo bloco, como subsídio ao debate e planejamento de um conjunto mais amplo de ações visando apoiar o povo Waiãpi.

//

III. EXPERIÊNCIA PRODUTIVA E DEMANDAS INDÍGENAS



III. EXPERIÊNCIA PRODUTIVA E DEMANDAS INDÍGENAS

1. Atual caracterização produtiva dos Waiãpi

- ***Escala familiar e ritmo sazonal***

Os Waiãpi caracterizam-se por uma intensa e constante mobilidade espacial, que reflete a diversidade das atividades de seu ciclo produtivo, configurando um calendário anual que se ajusta à disponibilidade sazonal dos recursos naturais e dos frutos de sua produção agrícola. A mobilidade também se relaciona à escala familiar em que são realizadas estas atividades, uma vez que a independência e dispersão pelo território garantem a todas as famílias acesso igualitário na produção e no consumo, potencializado por relações de cooperação culturalmente determinadas. Este formato abarca tanto as atividades básicas da auto-subsistência a exemplo da agricultura, da caça, da pesca, da coleta, quanto a produção destinada à comercialização, como o extrativismo vegetal e mineral, o artesanato e os plantios consorciados.

Cabe ressaltar que, no processo de diversificação da produção para a comercialização, os Waiãpi optaram por desenvolver atividades que se adequavam à escala familiar, na medida em que poderiam ser desenvolvidas no ciclo de deslocamentos que todas as famílias realizam pelo território. Optaram, assim, por aumentar a rentabilidade de formas tradicionais de extrativismo: a coleta de seivas e de diversos materiais vegetais destinados à venda direta ou à produção de artesanato, a extração de ouro aluvionar em áreas já ocupadas tradicionalmente em função da produção agrícola, que se constituem em reservas de caça ou são destinadas a outros fins. Apesar de diversas tentativas por parte da Funai de aumentar a produção agrícola através de "roças coletivas" ou "casas de farinha", os Waiãpi preferiram aumentar a rentabilidade das atividades extrativistas na medida em que estavam associadas à circulação das famílias pelo território.

É importante destacar, ainda, que o conjunto dessas atividades continua configurando um padrão de auto-subsistência assim caracterizado:

- nenhuma família obtém ou produz os elementos necessários à sua manutenção e os recursos monetários de que necessita através de uma única atividade, mas através da conjugação da quase totalidade delas;
- os ganhos obtidos a partir desse sistema não são apenas econômicos, mas envolvem ganhos muito mais importantes, relacionados ao controle territorial e ao equilíbrio sócio-político, conforme descrito na primeira parte deste trabalho.

- ***Agricultura***

A agricultura desempenha papel fundamental na organização social Waiãpi, uma vez que é realizada por unidade familiar, exclusivamente para o consumo cotidiano. Seus excedentes, que são resultado de um cálculo complexo, também são destinados ao consumo interno, viabilizando visitas, festas e grandes festivais coletivos, em que as mulheres oferecem fartas quantidades de bebida à base de mandioca ou frutas fermentadas.

A localização das roças define o local da construção das moradias e aldeias. A história dos grupos locais é basicamente a história de suas roças, e esses grupos continuam até hoje migrando, juntamente com cada mudança do local de suas plantações maiores e mais produtivas.

Esta atividade segue o modelo de agricultura tradicional de outras populações indígenas amazônicas, caracterizada pelo ciclo de corte, queima, plantio e pousio. O trabalho é realizado de forma independente por cada grupo familiar, conduzido por seu chefe, que organiza mutirões com seus filhos, irmãos solteiros, cunhados e agregados. Acabada a fase de limpeza do terreno a ser utilizado, as mulheres assumem as atividades de plantio, ajudadas por seus maridos e filhos para o transporte das mudas nas diversas roças que cada família abre, concomitantemente, em diferentes zonas de ocupação dos grupos locais. Cada família possui, em média, três roças produtivas, além de várias capoeiras. No caso de famílias poligínicas (homem casado com uma ou mais mulheres) o marido abre todos os anos uma roça para cada esposa, em áreas geralmente contíguas.

Dentre as espécies vegetais cultivadas, a mandioca brava é, sem dúvida, a planta de maior abundância na roça. A riqueza de variedades (cerca de 18) desta planta é fruto do modelo de manejo indígena. Ela pode ser colhida durante o ano todo, a partir das diversas roças manejadas por uma família, ou seja, nunca falta, quando requerida. A mandioca é sem dúvida a base alimentar da população Waiãpi, conseguida o ano todo a partir das diversas roças manejadas por uma família.

Os roçados waiãpi seguem um rígido controle sobre a qualidade do solo: somente aqueles solos onde há terra preta ou vermelha misturada com areia são considerados bons para se plantar. Além da mandioca, os Waiãpi plantam em sua roça milho, macaxeira, batata-doce, banana, cará, jerimum, cana-de-açúcar, amendoim, favas, abacaxi, caju e outras espécies. Também plantam limão, laranja, pimenta, cacau, fumo, urucum, flecha, algodão e cabaças nas roças ou ao redor das aldeias. A pupunha, com mais de 16 variedades locais, é outra espécie vegetal cultivada, que desempenha um papel importante na identificação dos sítios de ocupação histórica, além de ser significativo complemento nutricional na época de entressafra de outros alimentos. Ela é também utilizada na produção de bebida fermentada. Mais recentemente, e a partir do processo de demarcação, os Waiãpi começaram a consorciar o cupuaçu com a pupunha, tanto para identificar seus sítios como na perspectiva de comercialização de frutas.

O calendário de atividades da agricultura é resultado do acúmulo da experiência desse povo ao longo de sua história. Na época da estiagem, há o preparo da área, com derrubada, queima e coivara. No início das chuvas, o plantio, sendo que a colheita realiza-se durante todo o ano, durante a época de produção das espécies cultivadas. Vale ressaltar que os Waiãpi sempre retornam aos seus sítios produtivos antigos, não os abandonando nunca, servindo essa prática como termômetro de mobilidade dentro de sua terra, e evidenciando característica fundamental de sua cultura.

E através da manutenção do modelo acima descrito e da utilização de conhecimentos culturalmente transmitidos através das gerações, este processo agrícola, ao contrário de

estar congelado no tempo, promove um aumento de variabilidade das espécies vegetais cultivadas, sendo portanto promotor de biodiversidade.

Após terem experimentado, sob a gestão de alguns chefes de posto da Funai, a produção de farinha de mandioca (raramente produzida para consumo interno), de milho híbrido e inclusive de arroz, os Waiãpi resolveram abandonar essas experiências que, além de não constituir uma alternativa econômica (dado o baixo preço desses produtos na região), provocavam um grave desequilíbrio no ritmo das atividades familiares, sobrecarregando sobretudo as mulheres, responsáveis tradicionalmente pelo beneficiamento dos produtos agrícolas.

Os Waiãpi têm como estratégia deixar as áreas do centro e do extremo norte de sua terra para a reprodução dos animais, sendo que ali não fazem roças. Essa prática permite a recomposição das populações animais.

• ***Caça, pesca e coleta***

As atividades de caça, pesca e coleta estão associadas entre si, uma vez que os Waiãpi, quando saem para a mata, seguem percursos escolhidos de acordo com a abundância sazonal de frutas de que se alimentam os animais. Nessas expedições, sobretudo quando se estendem por mais de um dia, caça, pesca e coleta são realizadas concomitantemente.

A caça é uma atividade muito valorizada pelos Waiãpi, para a qual os meninos são treinados desde cedo. Seus produtos são responsáveis pelo principal aporte protéico. Entre as espécies mais caçadas, destacam-se: (i) mamíferos – porcos-do-mato, antas, veados, preguiças e macacos, especialmente o coamba e o guariba; (ii) roedores – paca, cotia; (iii) aves – mutuns, araras, jacamins, tucanos, nambus, jacus e outras; (iv) répteis – jacarés e diversas espécies de quelônios. Para caçar, os Waiãpi usam espingardas, que outrora foram distribuídas pela FUNAI, e que hoje são adquiridas através da compra individual. A adoção das armas de fogo fez com que o uso de arco e flecha ficasse restrito a poucas ocasiões, sendo usados principalmente pelas crianças, adolescentes e alguns homens mais idosos.

A pesca, contrariamente à caça, é realizada tanto pelos homens como pelas mulheres, que usam técnicas diferentes: as mulheres pescam com anzóis pequenos, à beira das lagoas situadas na proximidade das aldeias ou acampamentos; os homens, na estação propícia, realizam expedições mais distantes, em que usam anzóis e tarrafas; no verão, as aldeias se reúnem para pescarias coletivas, quando se usa timbó. A espécie mais valorizada é o trairão, encontrado em abundância nos rios e igarapés da região; curimatã, aracu, acará, são as outras espécies mais consumidas.

É nos mesmos percursos trilhados para a caça, a pesca e o deslocamento entre suas aldeias que os Waiãpi coletam uma grande variedade de produtos vegetais. Cite-se, entre as espécies mais importantes para sua subsistência, a palmeira açai, a bacaba, a pupunha, a castanha, a sapucaia, o ingá, o bacuri, o biribá e o cacau, todos eles

utilizados na alimentação. Porém, a atividade de coleta também se destina a outros fins, com os mais variados produtos ou frações de espécies vegetais - como cascas e entrecascas, folhas, frutos, seivas, resinas, raízes, galhos e troncos - sendo usados na construção de casas, na elaboração de produtos medicinais, na confecção de artefatos e na produção de tinturas para decoração do corpo.

Outra atividade realizada periodicamente pelos Waiãpi é a coleta de invertebrados e de produtos de origem animal. Desta atividade poderíamos destacar a coleta de ovos de determinados répteis, e de várias espécies de invertebrados que fazem parte de sua dieta alimentar, constituindo-se em importante fonte nutricional. Destaca-se o manejo do "coró", cujo aporte em gordura é muito apreciado. Outra atividade que merece destaque é a coleta de mel produzido por abelhas silvestres, realizada sazonalmente.

- ***Extratativismo Vegetal***

A generosa biodiversidade da T. I. Waiãpi e a variedade de espécies e produtos coletados pelos Waiãpi durante suas excursões pela mata evidenciam o grande conhecimento acumulado por esse povo ao longo dos tempos sobre o uso desses recursos.

Além do uso destinado à subsistência e ao aparelhamento tecnológico para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas, a exemplo da fabricação de utensílios, ferramentas, armas e acessórios diversos, assim como da construção de suas habitações, os Waiãpi passaram a incrementar e ampliar o rol de espécies exploradas, a fim de suprir necessidades novas, criadas por sua crescente demanda de bens industrializados. Esta necessidade surgiu após a queda da oferta gratuita estimulada pelas agências de contato, para fins de atração, obrigando os Waiãpi a conseguir dinheiro através do comércio de artesanato. A coleta de produtos como a castanha, o óleo da copaíba, frutos diversos e demais vegetais, ao lado da confecção de artesanato, ambas para fins comerciais, passaram a ser, assim como a extração de ouro aluvionar, as alternativas encontradas pelos Waiãpi para suprir estas novas necessidades.

Vale ressaltar o amplo conhecimento sobre o uso das plantas como fitoterápicos, aplicados aos mais diversos males. Por outro lado, os Waiãpi ainda não dominam os conceitos de propriedade sobre seus conhecimentos, e não se sentem preparados para divulgá-los. A pesquisa de fitoterápicos poderá representar, no futuro, uma alternativa de renda para essa comunidade, na medida em que seus membros sejam capacitados ao controle tanto das pesquisas que tal comercialização exige, como da legislação em vigor no País e no estado ¹

¹ Esses direitos poderão ser garantidos através de instrumento legal entre a comunidade indígena, representada pelo Conselho das Aldeias / Apina e a instituição pesquisadora ou patenteadora. Essa atividade enquadra-se no Programa de Desenvolvimento Sustentado do Amapá - PDSA e, pode ser negociada junto ao GEA, para ser viabilizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Tecnológicas do Amapá - IEPA. Através da Lei n.º 0388/97, de 03.12.97, que dispõe sobre os instrumentos de controle e acesso à biodiversidade do Estado do Amapá, inclusive em áreas indígenas, estão estabelecidas as bases para a viabilização dessa atividade sob controle indígena. Da mesma forma, a pesquisa e coleta de sementes e variedades agroflorestais da T.I., devem ser analisadas à luz da referida Lei.

O grande potencial madeireiro da região atrai os interesses de colonos da Rodovia Perimetral e de donos de serrarias, sendo inclusive identificado um ramal da rodovia por onde é retirada madeira, no limite da TI Waiãpi. Segundo os índios, a madeira extraída está sendo usada para posteamento de energia elétrica nas áreas de colonização próximas da reserva. Há indícios também, de invasões para a retirada de cipós e caça.

- ***Produção de artesanato***

Trata-se de uma alternativa de longa data, praticada pelos Waiãpi para obtenção de recursos monetários desde que foi incentivada pela Funai, no tempo do Posto de Atração. A produção inclui diversos itens, como cestos, adornos de penas, redes e tipóias, colares, e inúmeros outros. É uma atividade que todos reconhecem como pouco rentável em termos financeiros, mas que pode subsidiar necessidades básicas como a compra de pilhas, panelas e pano. Os Waiãpi demonstram criatividade para atender a demanda externa, produzindo objetos exclusivamente voltados à venda. Ao mesmo tempo, procuraram melhorar as condições de comercialização e, hoje, os jovens secretários do Conselho / Apina se responsabilizam pelo controle da venda e do pagamento dos produtores de suas aldeias. O artesanato é vendido sobretudo em Macapá, além de algumas remessas enviadas para São Paulo. O principal ganho coletivo desta atividade foi o aprendizado das questões relacionadas a valor e a mercado.

- ***Garimpagem de ouro aluvionar***

Cabe ser incluída no ciclo e no calendário de produção a atividade de garimpagem de ouro aluvionar, que foi incorporada pelos índios no seu convívio com garimpeiros, na década de 70. Nos anos 80, o garimpo passou a ser desenvolvido como uma atividade produtiva por cerca de um terço das famílias. A produção sempre foi pequena, variando de 10 a 24 gramas por família, vendidos diretamente por elas na cidade de Macapá, para adquirir itens de uso cotidiano como pano, panelas, munição e outros. Nos anos 90, as técnicas de produção foram readequadas, através de assessoria do CTI, de modo a eliminar o uso de mercúrio e garantir a recuperação das áreas trabalhadas. A atividade continua sendo desenvolvida por algumas famílias, num padrão totalmente incorporado ao ciclo sazonal de suas atividades, com as seguintes características:

- os garimpos dos Waiãpi são áreas previamente trabalhadas por garimpeiros invasores, que foram reassumidas pelos índios como locais de roça e moradia intermitente;
- a atividade é realizada em etapas sucessivas, por distintos grupos familiares que extraem ouro no intervalo de outras tarefas realizadas no local, como agricultura, caça e coleta;
- a produção é pequena e irregular, comercializada diretamente pelo chefe ou pelo representante da família.

A extração do ouro para fins comerciais, uma atividade assimilada pelos Waiãpi ainda através do contato com garimpeiros, passou a ser, sem a menor dúvida para eles, a atividade que melhor se apresentava como uma alternativa de obtenção de renda. Para

os Waiãpi o ouro é "o único produto extrativo que efetivamente compensa o esforço investido para fins comerciais", por poder ser estocado, não estragar nem desvalorizar e por ter uma procura ininterrupta (Gallois, 1996).

Atualmente, os Waiãpi têm diminuído sua atividade de extrativismo mineral, mas continuam controlando suas zonas de garimpo mediante outras atividades. Estão aguardando a reimplantação dos programas do CTI que garantiam apoio a esta atividade – especialmente o Programa Oficina e o Programa de Vigilância. Por este motivo, durante a intensa "Guerra dos Papéis" lançada contra o CTI nos últimos anos, conforme exposto na segunda parte deste trabalho, a partir de denúncias que pretendiam desautorizar sua pequena produção de ouro aluvionar, os chefes Waiãpi defenderam exaustivamente a continuidade da assessoria prestada pela entidade para melhorar sua produção de ouro, à qual eles têm direito exclusivo.

- ***Plantios consorciados e viveiros familiares***

Com o objetivo de sinalizar os limites da área demarcada em linha seca, os Waiãpi decidiram plantar espécies arbóreas frutíferas, que pudessem, além de cumprir a função de sinalizar os limites de seu território em linha seca, ser aproveitadas para o uso interno e comercial. As espécies escolhidas, como urucum, flecha, e sobretudo pupunha, são identificadas pela população local como tendo sua origem no plantio indígena, o que facilita o reconhecimento destes limites. Eles também foram estimulados a plantar cupuaçu, espécie de crescimento rápido e de interesse do comércio e indústria locais, mas as espécies escolhidas preferencialmente para este tipo de atividade foram aquelas de uso tradicional, para consumo interno e sobretudo para atrair a caça. Além do plantio na linha demarcatória, os Waiãpi aproveitaram as clareiras para expandir seu sistema de plantio agroflorestal plantando espécies cultivadas para uso alimentar, comuns às suas roças e plantações mais extensas de frutíferas diversas, como biribá e caju, além daquelas já citadas acima.

2. Os Waiãpi e a problemática sócio-ambiental

Apesar de estarem engajados há duas décadas num processo que conjuga a diversificação de sua atividade produtiva e a aquisição e uso cotidiano de alguns bens industrializados, o padrão de consumo familiar dos Waiãpi tem se mantido estável. A produção de subsistência, principalmente na agricultura, somada à caça, à pesca, e à coleta continuam suprindo as necessidades da comunidade.

- ***Auto-subsistência***

A fartura alimentar garantida pela produção local é um dos aspectos de maior destaque entre os Waiãpi, principalmente devido ao padrão cultural que garante – na produção agrícola - uma produção acima das necessidades, excluindo qualquer possibilidade de escassez. No que toca à caça, sua obtenção se tornou mais difícil nas imediações das aldeias que os Waiãpi consideram esgotadas, como é o caso de Aramirã, Taitetuwa e Mariry, mas que não podem ser desativadas, por abrigarem postos de assistência. Mesmo assim, os Waiãpi encontraram alternativas para este problema, abrindo aldeias satélites a alguma distância dos postos e, sobretudo, organizando mais regularmente expedições de longa distância com participação familiar.

Nos últimos dois anos, a AER Funai está incentivando a piscicultura, uma atividade que, segundo seus promotores, tem como propósito compensar a falta de proteína animal nas aldeias mais antigas. Os Waiãpi aceitaram envolver-se moderadamente nesta atividade, basicamente concentrada em algumas lagoas, ao longo da Perimetral. Continua incerto o rendimento desta alternativa, por vários motivos. O principal é que a experiência não leva em conta o fato da intensa circulação das famílias pelo território, que inviabiliza cuidados permanentes e só representa uma fonte suplementar para alimentação a longo prazo; até o momento, se observa que as lagoas estão sendo incorporadas como mais uma alternativa para "pesca".

Mas a solução mais adequada que eles encontraram foi a abertura de um número significativo de aldeias secundárias, onde todas as famílias passam a residir mais da metade do ano. Para que a auto-subsistência continue garantida no padrão de fartura que os Waiãpi consideram adequado, foi fundamental a retomada do modelo de ocupação e exploração territorial dispersa, que a atual existência de 33 assentamentos em toda a terra demarcada confirma como o padrão tradicional mantenedor da qualidade de vida deste povo. Ao mesmo tempo, esse modelo garante a vigilância territorial.

- ***Organização para a vigilância e o controle das invasões***

A atual pressão no entorno da terra demarcada põe em risco esse equilíbrio entre as necessidades de bens originários do mercado e as possibilidades que os índios têm para obtê-los. Existe a constante ameaça de invasões por parte de colonos, principalmente nos limites leste, perto da Perimetral, e de garimpeiros, no extremo norte, na região do Okakai.

Os Waiãpi reconhecem os riscos dessas invasões e têm se organizado de forma a evitá-las. Isso pode ser observado em diversas circunstâncias, a exemplo dos programas de monitoramento dos limites, das eventuais expedições e do estabelecimento de uma aldeia próxima à Rodovia Perimetral. Além disso, aproveitam todas as oportunidades que têm, quando podem transmitir sua mensagem para membros da sociedade regional e nacional, para reafirmar sua rechaça à presença de invasores em sua área, em especial dos garimpeiros.

Esse esforço, entretanto, tem seu custo, não só em termos de destinação de tempo, como também para a obtenção de apoio financeiro. São necessários veículos motorizados (barcos e um Toyota), aparelhos de comunicação (11 rádios espalhados pela área) e o financiamento de expedições de fiscalização dos limites. Estes custos são elevados para o volume de recursos gerados pelos Waiãpi. Para supri-los, contam com o apoio de organizações externas, canalizado pelo CTI.

- ***Novas demandas e capacidade de suprimento***

São raríssimas as famílias que adquirem produtos alimentares industrializados. O único item consumido mais amplamente é o sal, que foi introduzido no tempo do Posto de Atração da Funai. Itens como bolachas, refrigerantes, óleo, açúcar são comprados eventualmente, mas nunca em grandes estoques. A demanda por mercadorias e serviços advindos do mercado ainda não é significativa, apesar de uma eminente tendência de incremento. Entre os mais velhos, a demanda se reduz a alguns itens básicos como anzóis, fios de náilon, armas, munição, pano, lanternas, pilhas e painéis. Este tipo de demanda é suprido essencialmente pelas aposentadorias recebidas pelos mais velhos e pelas alternativas de geração de renda disponíveis para os índios: comercialização de artesanato, ouro e pela produção sazonal e individual de pequenos excedentes de itens da coleta e da produção agrícola, como pimenta preparada no tucupi, óleo de copaíba ou andiroba, laranjas e pupunha.

Essas alternativas têm sido importantes para os Waiãpi, pois os colocam em contato direto com o mercado, suprimindo o papel dos intermediários. Desta forma, são capazes de realizar um antigo desejo de se sentirem produtores e de controlarem seus próprios negócios. Isso contribui para o fortalecimento da auto-estima e da dignidade étnica.

O equilíbrio entre o conjunto de necessidades Waiãpi e as alternativas para supri-las, entretanto, sofre um outro tipo de pressão, advinda da forte tendência de diversificação e ampliação do conjunto de produtos originários do mercado. Alguns fatores podem ser apontados como causadores dessa tendência. Em primeiro lugar, entre os jovens, já se observa o consumo de roupas, tênis, gravadores e outros artigos de pouca utilidade na área indígena. As constantes viagens que têm empreendido para as cidades e os contatos regulares com agentes diversos induzem os jovens ao consumo, podendo essa aproximação ser apontada como a principal causa desta mudança de hábitos.

Em segundo lugar, a prática de assalariamento eventual e esporádico pela prestação de serviços, patrocinada pela Funai nos últimos dois anos, estimula a aquisição de itens supérfluos e gera uma capacidade de consumo artificialmente dimensionada. Os índios acostumam-se a um poder de compra elevado que, quando privados dos salários, não podem manter.

Em termos econômicos, portanto, os Waiãpi já não podem ser pensados como totalmente independentes de bens, mercadorias e serviços originários do mercado. Existe uma demanda mais básica, de anzóis, fios de náilon, armas, munição, painéis,

lanternas, pilhas e pano, suprida pelas aposentadorias e por alternativas de geração de renda, provenientes principalmente da venda de artesanato e da extração de ouro. Outro conjunto de necessidades menos básicas, como roupas, tênis e gravadores, surgidas recentemente e ainda não estabelecidas regularmente, é estimulado pelas viagens dos jovens às cidades e pela disponibilidade de salários. Apesar de ainda não estar consolidado, o consumo destes itens é uma forte tendência que se observa entre os Waiãpi mais jovens.

Há um grande risco neste tipo de demanda, pois ela é suprida através de salários, alternativa artificial que gera dependência e foge ao controle dos índios.

- **Ameaças sócio-ambientais**

Até o momento, os Waiãpi têm rechaçado as alternativas predatórias de exploração econômica, ao contrário de muitas populações indígenas. Em primeiro lugar, porque suas necessidades básicas são reduzidas. Depois, porque evitam a presença de estranhos dentro da área. E, finalmente, por contarem com o apoio do CTI em atividades de suporte mais onerosas.

Um grande risco se vislumbra, entretanto, com a eminente tendência de desequilíbrio entre as necessidades ou o desejo de bens, mercadorias e serviços do mercado e o estabelecimento de alternativas de geração de renda, social e ambientalmente adequadas. Enquanto a multiplicação das necessidades experimenta um crescimento em ritmo acelerado, principalmente devido ao grande estímulo para a diversificação e ampliação do consumo dos jovens Waiãpi, a criação de alternativas depende de um lento processo de aprendizagem e capacitação, repleto de dificuldades.

O provável resultado da radicalização desse desequilíbrio é a cooptação dos índios para práticas ambientalmente degradantes e socialmente assimétricas, nas quais delegam a exploração dos recursos de sua área para empresários regionais, que naturalmente reproduzem os modelos de desenvolvimento convencional e deletério. São altamente danosas, portanto, atividades que estimulam o consumo supérfluo e a criação de um irreal poder de compra, como é o caso do assistencialismo (simples doação de bens e mercadorias) e a distribuição irrefletida e aleatória de salários.

Fica evidente, desta forma, que a sobrevivência equilibrada, a garantia territorial e a sustentabilidade ambiental Waiãpi futura dependem da criação de alternativas que mantenham o equilíbrio entre as crescentes demandas indígenas em relação ao mercado e suas possibilidades de geração de renda, considerando todos os aspectos não econômicos acima descritos como fundamentais em seu sistema de produção.

3. Percepção dos Waiãpi

"Nós estamos plantando frutíferas para termos frutas para vender. Vai demorar porque estamos plantando agora, mas vamos querer vender por um preço bom. Não queremos vender barato. Não vamos deixar nosso modo de ser, mas estamos preocupados em

saber como vamos cuidar das coisas dos brancos que já estamos acostumados a usar: motor de popa, carro, espingardas. Precisamos ter dinheiro para isso. Nós estamos usando essas coisas que os brancos trouxeram e agora são nossas, mas continuamos a viver como índios, com nosso modo de ser. Não deixamos nosso modo de vida.

Também queremos vender outros produtos de nossa terra. Por isso trabalhamos. Para termos coisas para vender, tiramos ouro para vender e outros produtos. Estamos sempre circulando na nossa terra para tirar produtos para nós e para vender na cidade.

Não fizemos demarcação à toa. É nossa terra. Queremos manter a floresta como ela está. Sempre pensamos o que fazer e como fazer, mas precisamos vender os produtos de nossa terra. Por isso fizemos a demarcação. Sempre estamos nos perguntando como controlar a área para que os brancos não invadam nossa terra. Nós não vivemos des preocupados com tudo isso." (Kasiripinã).

Kasiripinã falou o trecho acima durante o painel "Projetos Demonstrativos", parte da VII Semana da Amazônia (Nova Iorque, 09.96) em resposta à seguinte questão: "Os Waiãpi estão preocupado com seu futuro? Será que seu modo de vida e suas atividades produtivas são sustentáveis?". Essa fala aglutina em si grande parte dos elementos que compõem a perspectiva Waiãpi sobre a questão ambiental.

Primeiramente, é preciso ressaltar que a questão ambiental, para os Waiãpi, está vinculada à sua manutenção como povo diferenciado e cultura específica. Essa especificidade está baseada em uma série de aspectos, todos eles relacionados ao modo de vida de seus antepassados: padrão residencial disperso, organização social e política baseadas nos *wanako* (núcleos habitacionais com baixo povoamento) e *rovijã* (lideranças políticas desses núcleos), exploração econômica sazonal e itinerante, intensa mobilidade territorial e outros. Como afirmou Kasiripinã:

Não vamos deixar nosso modo de ser, mas estamos preocupados em saber como vamos cuidar das coisas dos brancos que já estamos acostumados a usar..."

Essas palavras indicam, por outro lado, que a questão ambiental Waiãpi, bem como a manutenção de seu modo de vida, está muito ligada à disponibilidade territorial e de recursos naturais. "É nossa terra. Queremos manter a floresta como ela está", como afirmou Kasiripinã. No contexto contemporâneo, entretanto, essa disponibilidade depende substancialmente das relações que os índios mantêm com os não-índios (*karaiko*) e da definição de limites, como afirmou o Chefe Waiwai durante o processo de demarcação:

"Antes não havia limites. Só floresta. Não precisava estabelecer limites. Toda essa floresta era nossa. Os antigos só falavam das roças, onde ficavam suas moradas. Delas, abriam caminhos para caçar e visitar outras aldeias. Nossos antepassados só abriam caminhos de caça. Só marcavam esses trechos, só faziam esses percursos. Quando acabava a caça numa área, abriam caminho em outra direção. E lá ficavam de novo..." (Chefe Waiwai, Okakai, 1995)

A referência aos limites demonstra a consciência dos Waiãpi da importância da demarcação, bem como sua posterior garantia, de forma a assegurar-lhes uma extensão

territorial onde terão uso exclusivo sobre os recursos naturais. *"Não fizemos demarcação à toa."* destacou Kasiripinã em Nova Iorque. O argumento, entretanto, não é restrito apenas a ele:

"Agora (com a demarcação) estamos satisfeitos, porque vamos poder continuar a dispersar nossas aldeias, visitar uns aos outros, passear de aldeia em aldeia e os netos poderão abrir novos caminhos de caça, longe..." (Ajãreaty / Nazaré, Aramirã, julho de 1995)

Se a importância da demarcação é um fato para os Waiãpi, por outro lado, eles procuram sempre demonstrar que essa demarcação significa uma evidente limitação dos territórios que tradicionalmente utilizavam:

"Antes nós não sabíamos que tínhamos limites, só sabíamos que tudo era floresta... Agora, demarcamos nossa área porque é só o que sobra dos lugares antigos. Os nossos netos precisam defender esta terra para continuar vivendo como Waiãpi." (Kumai, Chefe da aldeia Aramirã, março de 1995)

Outro desafio colocado no horizonte Waiãpi, com evidentes conseqüências para a questão ambiental, são as novas necessidades materiais decorrentes da intensificação das relações com os *Karaiko*. São as *"coisas que os brancos nos trouxeram e que agora são nossas."* às quais faz referência a citação de abertura deste texto. Segundo a percepção dos índios, no entanto, essas necessidades têm duas dimensões distintas. Em primeiro lugar, existe uma demanda de pequena escala, geralmente restrita ao consumo familiar, de bens *karaiko*, como ferramentas, armas, munição, anzóis, pano, sandálias, panelas e demais artigos, aos quais os índios atribuem uma contribuição para sua qualidade de vida, como sintetizou Kaitona:

"Antigamente não tinha terçado. Os meus avós, a avó do meu pai usava só machado de pedra para derrubar a árvore. Hoje em dia, como nós encontramos com vocês (Karaiko), nós achamos bom terçado, machado e outras coisas pra levar pro mato." (Kaitona, São Paulo, junho de 1999)

Outro aspecto do desafio Waiãpi contemporâneo, são as demandas por bens de maior vulto, destinadas principalmente à garantia territorial num contexto sob constante ameaça de invasões. *"Sempre estamos nos perguntando como controlar a área para que os brancos não invadam nossa terra."* ponderou Kasiripinã. A resposta para esta questão está sempre vinculada a uma série de materiais, instrumentos e recursos de alto valor financeiro como fretes de avião, rádios-transmissores, carros, combustível, motor de popa e barcos.

Os Waiãpi sabem que precisam de dinheiro para satisfazer ambas as classes de necessidades. Porém, têm clara consciência de que o volume de dinheiro, as formas de obtê-lo e a sua atual capacidade para gerá-lo são muito distintas. As necessidades voltadas para o consumo familiar requerem uma monta de dinheiro relativamente pequena. Sua obtenção tem sido suprida em grande parte pelos próprios índios. Em relação às necessidades voltadas para o gerenciamento coletivo do território, entretanto, os Waiãpi não vêem qualquer possibilidade de suprimento autônomo a curto prazo:

"Hoje em dia nós é que estamos pensando em trabalhar para conseguir as mercadorias dos Karaiko. Nós já produzimos artesanato pra vender na cidade e aqui em São Paulo também. E é com essa produção que nós vamos pegar dinheiro. Com esse dinheiro nós vamos comprar as coisinhas, como pano, panela e munições. Só para casa.

Mas como agora nós demarcamos nossa terra, com isso agora nós precisamos mais de dinheiro. (...) Cada limite nós vamos de motor, alguns limites nós vamos caminhando a pé. Hoje em dia nós estamos precisando de novas coisas, diferentes dos antigos." (Kaitona, São Paulo, junho de 1999)

Essas demandas de um volume maior de recursos têm mobilizado os Waiãpi no sentido de encontrar alternativas para o seu suprimento. *"Também queremos vender outros produtos (além das frutíferas) de nossa terra. Por isso trabalhamos"*, explicou Kasiripinã para a audiência em Nova Iorque. Porém, esse suprimento ainda está vinculado ao apoio externo que os índios recebem de diferentes entidades e organismos. Eles sabem, entretanto, que não podem depender para sempre desse apoio, por isso devem construir alternativas autônomas para gerar *"dinheiro grande"* como costumam dizer: *"FUNAI não tem dinheiro para dar para os Waiãpi. Quem vai dar de graça aos Waiãpi? Acho que ninguém! Então é melhor os Waiãpi se virar sozinho. Nem o CTI vai dar para os Waiãpi..."* (Chefe Kumare, Aramirã, 1997)

Na construção destas alternativas, os Waiãpi têm passado por um intenso processo de aprendizagem, a partir do qual são capazes de formular algumas das condições a que essa construção de alternativas deve obedecer. Em primeiro lugar, sabem das conseqüências negativas dos modelos de exploração econômica predatória e são claros na rechaça a eles:

"Não deixamos madeireiro entrar na nossa terra. Nós cuidamos da floresta. Não queremos que desmatem a área (...) Nós não queremos ninguém derrubando grandes extensões. (...) Antigamente, essas plantas (da floresta), foram dadas pelo criador Janejar. Agora não, ele não vai mandar mais frutas boas para nós. Esse tempo acabou. (...) Se derrubar tudo, essas plantas não vão voltar a crescer. Acabou (...)

Nós também vimos que os igarapés acabam, que agora os peixes estão muito tristes porque o garimpeiro faz muita sujeira na cabeceira dos rios. Então os peixes vão ficando doentes também. (...) Garimpeiro não está nem aí. Depois que estragou, o garimpeiro vai embora, deixando a terra estragada..." (Kasiripinã, Nova Iorque, setembro de 1996)
"...Karaiko quer trabalhar muito para acabar as coisas da floresta, pra ganhar muito dinheiro na cidade. Aí depois Karaiko não tá nem aí! Não volta onde acaba a floresta, já levaram tudo pra cidade. Por isso Karaiko não tá nem aí, deixa pra lá" (Kaitona, São Paulo, junho de 1999)

Outra condição colocada em destaque pelos índios é a preocupação com as conseqüências futuras das alternativas de geração de renda construídas. De modo similar aos princípios postulados na definição do desenvolvimento sustentável, os Waiãpi concebem a utilização dos recursos naturais e a exploração econômica do presente vinculadas à sua continuidade no futuro, para as próximas gerações:

"(As alternativas econômicas) devem servir para o futuro também. Eu não penso só comigo não! Eu nem penso só com meu filho. Eu penso em todo o pessoal, toda a comunidade. Quero para todo mundo, por isso que nós queremos ganhar dinheiro." (Kasiripinã, São Paulo, junho de 1999)

Os Waiãpi também colocam a autonomia como uma das principais condições para a criação de alternativas de geração de renda. Reiteram sua determinação sobre a necessidade de aprenderem a realizar os trabalhos por conta própria, evitando assim a dependência em relação à participação dos *Karaiko*. Nesse sentido, o *"aprender a ganhar dinheiro e satisfazer as necessidades"* é mais importante que apenas *"ganhar o dinheiro e as mercadorias"*, como nos mostra Kaitona:

"Como projeto pode ajudar os Waiãpi a ganhar dinheiro? Não adianta só dar dinheiro. Um dia acaba PPTAL, PDA. E aí, como é que fica? Então é bom aprender a ganhar dinheiro grande." (Kaitona, São Paulo, junho de 1999)

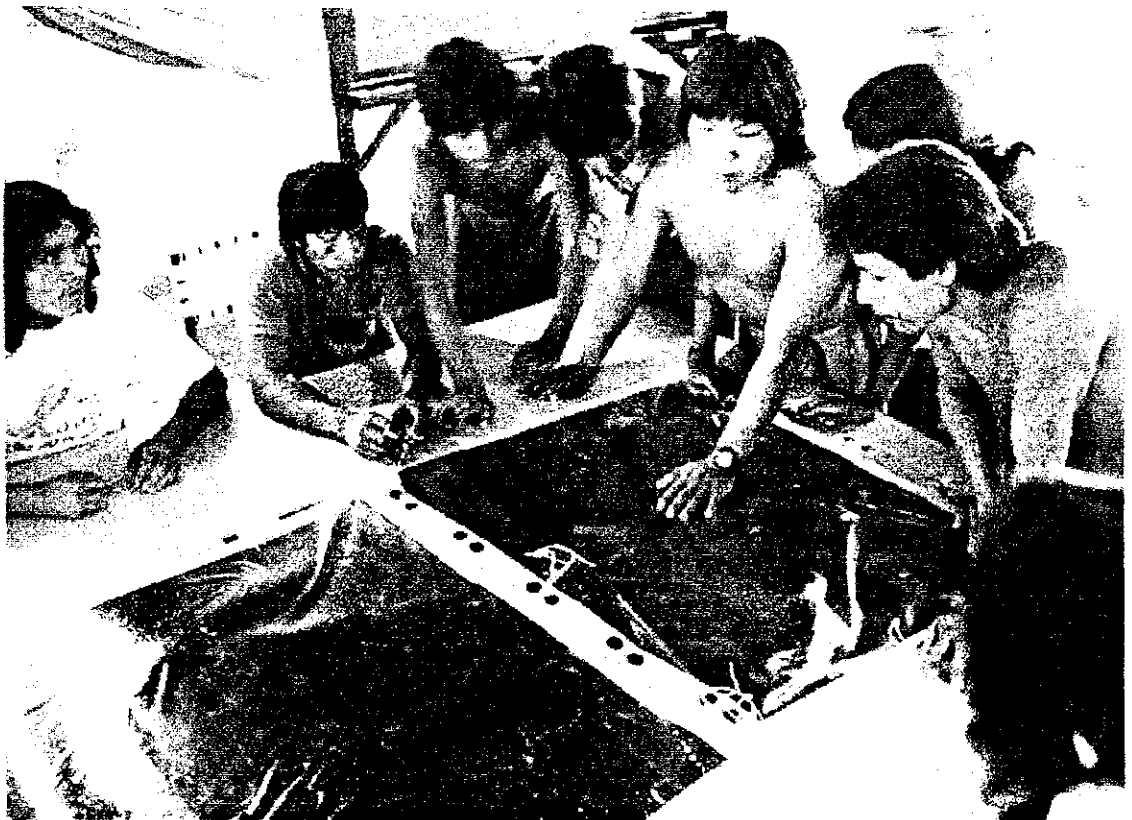
Como ficou claro, os Waiãpi identificam, em algumas das iniciativas junto a eles realizadas, a sintonia com as condições que estabeleceram para a construção de suas alternativas futuras. Desta forma, explica-se o seu expresso descontentamento em relação aos entraves burocráticos que têm dificultado a realização dos projetos do CTI junto a eles, como mostra Waiwai:

"Algumas autoridades estão atrapalhando o nosso projeto, o nosso trabalho porque prendeu o projeto (PDA) (...) Será que branco quer que Waiãpi acabe? Os brancos não querem liberar este projeto para conseguir a despoluição para recuperar nossa área. Queremos que as autoridades que fecharam o projeto desprendam esse projeto porque nesse projeto existe o Programa de capacitação, o Programa oficina, o Programa combustível. Não existe só programa de maquinário neste projeto." (Waiwai, Macapá, 1997)

Isso tudo indica que os desafios contemporâneos, na perspectiva dos Waiãpi, devam partir de processos que garantam o equilíbrio ambiental, estejam voltados para sua capacitação e que criem alternativas de geração de renda que se mantenham a longo prazo. A questão ambiental Waiãpi, desta forma, está diretamente ligada às relações sociais que, no caso dessa população indígena, estão intimamente relacionadas à viabilidade de seu desenvolvimento de sociedade e cultura diferenciadas.

//

IV. SEMINÁRIO WAIÃPI: CONTEXTOS E DESAFIOS



IV. SEMINÁRIO WAIÃPI: CONTEXTOS E DESAFIOS

1. Alguns elementos do contexto histórico

- ***O desenvolvimento e a questão ambiental***

Nas experiências vivenciadas pelos povos indígenas ao longo da história do Brasil, a exploração econômica tem sido, desde sempre, a face com que nossa sociedade se apresentou a eles e a grande motivação para as transformações em que foram envolvidos.

A partir da década de 50 e especialmente nos anos 70, o desenvolvimento econômico, calcado na idéia de progresso, tem alimentado o imaginário nacional e servido de base para programas de atuação governamental e empreendimentos privados de grande porte.

Nesse contexto, a Amazônia representou um dos principais alvos, com decorrente ocupação de seu território, exploração máxima de seus recursos naturais, transformação de seus viventes tradicionais em produtores e consumidores para o mercado e assim por diante. As conseqüências desse processo foram o deflorestamento para a formação de fazendas e atividade madeireira, a poluição de rios pela mineração, principalmente garimpeira; a redução da flora e fauna devido à depleção florestal e destruição dos habitats e ecossistemas naturais.

As sociedades indígenas não se mantiveram passivas face a esse contexto. Ao contrário, foi na articulação dessas frentes que elas souberam demonstrar sua força adaptativa e sua capacidade de preservação de diferenças (Azanha, 1999: 3).

- ***O desenvolvimento e as populações indígenas***

Para a maioria das populações indígenas amazônicas, este processo trouxe doenças antes desconhecidas, epidemias e morte. A ganância pela terra e o mal planejamento da colonização geraram invasões, conflitos e agressões. Os modelos de exploração econômica predatório intensificaram a usurpação de seus territórios e de seus recursos. A falta de interesse e controle governamentais permitiram freqüentes violações de seus direitos garantidos pela Constituição.

Em termos gerais, uma das principais conseqüências desse processo foi a criação de novas necessidades para as populações indígenas. A assistência à saúde, por exemplo. Baseada em medicamentos e instrumentos industrializados, bem como em mão-de-obra especializada, ela se torna indispensável para o controle de endemias desconhecidas pelos sistemas tradicionais de cura indígena.

A garantia territorial, no novo contexto, depende de sistemas de controle e fiscalização mais ágeis, de maior alcance e permanentes. Isso gera a necessidade de novos instrumentos e tecnologias, como os rádios comunicadores, barcos com motores de popa, carros e até aeronaves. Em termos do consumo familiar, vários itens foram sendo

gradualmente agregados, a começar pelos mais simples, como painelas, armas, munição, anzóis, linhas, roupas, sal, açúcar, até os mais complexos como rádios, gravadores e máquinas fotográficas.

Alguns dos itens presentes no conjunto desses novos hábitos são mais simples e acessíveis. Outros, entretanto, implicam dificuldades muito maiores para sua obtenção. Sabemos, no entanto, que a obtenção desses itens no mercado depende da geração e gerenciamento de recursos financeiros. Esse conhecimento e habilidade, no entanto, as populações indígenas não possuem tradicionalmente e precisam de um longo processo para sua aprendizagem e assimilação.

O grande problema, portanto, é o desequilíbrio entre as novas demandas, que crescem em ritmo acelerado, e as alternativas concretas que diversos agentes externos se dispõem a oferecer às comunidades indígenas. O número de intermediários que atuam em terras indígenas tem aumentado significativamente nos últimos anos, não envolvendo apenas os agentes tradicionais de assistência e apoio à causa indígena, a exemplo da FUNAI, missionários, prefeituras locais, pesquisadores, ONGs, mas um leque diversificado de interesses regionais, nacionais e internacionais representados por empresários, governos estaduais, órgãos federais e entidades ambientalistas nacionais e internacionais.

2. Questões relativas à intermediação

A relação estabelecida com esses diferentes intermediários pode viabilizar a satisfação das novas necessidades e atender às demandas indígenas de capacitação, mas representa, ao mesmo tempo, uma série de riscos para essas populações, que dificilmente conseguem controlar o fluxo de intervenções e interesses de tantos agentes, especialmente quando convivem com programas orientados por perspectivas e metas conflitantes. Uma tipologia das práticas de intermediação correntes junto às comunidades indígenas envolve alguns padrões, descritos a seguir:

- ***A intermediação predatória***

Trata-se de uma intermediação baseada em modelos e interesses econômicos predatórios. Envolve aqueles agentes cujos interesses se limitam aos recursos naturais das áreas indígenas como uma nova oportunidade de ganhar dinheiro rápido e fácil. Nesses casos, os intermediários não só satisfazem às demandas indígenas como também estimulam novas necessidades, geralmente supérfluas. O único intuito desse procedimento é o de reforçar a relação de dependência dos índios, abrindo caminho para a exploração de seu território.

Alguns dos exemplos mais comuns consistem no sistema de exploração de madeira e de ouro e no esquema dos regatões para a coleta de seringa, entre outros. As conseqüências sócio-ambientais, principalmente dos dois primeiros, são radicais: a degradação ambiental, que faz penetrar em terras indígenas o modelo econômico predatório, vem geralmente acompanhada da desestruturação social (desigualdade na distribuição dos recursos, conflitos entre gerações e assim por diante).

- ***Assistencialismo imediatista***

O modelo histórico da assistência aos índios envolve intermediários que, por excesso de protecionismo, acabam colaborando para aumentar o desequilíbrio entre as demandas indígenas e sua capacidade de satisfação.

Intervenções de caráter assistencialista podem eventualmente trazer soluções para problemas de curto prazo, mas, via de regra, contribuem para o arraigamento das dependências, ao invés de auxiliar no processo de sua erradicação ou redução, especialmente quando as atividades de assistência não são orientadas para criar condições para que os próprios índios sejam capacitados para assumir o controle ou a própria realização das atividades necessárias. Essa aprendizagem e capacitação representa um processo lento, gradual e complexo.

Mecanismos como a distribuição aleatória de salários podem aparentemente atender às demandas dos próprios índios, mas a médio prazo representam um grande risco, visto que esses índios não têm como garantir a continuidade dessa fonte de renda. Mais ainda: o acesso desigual ao dinheiro interfere nos sistemas sócio-culturais tradicionalmente estabelecidos, causando inclusive desequilíbrio nas relações da sociedade com os ambientes nos quais se inserem. A possibilidade de aquisição daqueles bens ganhos ou comprados com os salários, muito provavelmente, na falta desses meios, forçará um impacto sobre os recursos naturais que passarão a ser explorados também comercialmente.

- ***Iniciativas que contribuem para o aumento da demanda***

Iniciativas esporádicas implementadas por intermediários isolados ou agências desconectadas da realidade indígena contribuem usualmente para aumentar o desequilíbrio entre as necessidades assim fomentadas e a criação de alternativas efetivas para supri-las. É muito comum, por falta de entendimento ou de acesso ao conjunto das reais necessidades de uma área indígena, esses intermediários acabarem contribuindo para a sua ampliação e diversificação. Com o tempo e a persistência da oferta, os índios se acostumam com essas novas possibilidades e acabam por incorporá-las como necessidades, embora isso não venha acompanhado da capacitação necessária para supri-las. Esse é o típico caso da introdução de luz elétrica, água encanada, estímulo ao consumo de alimentos industrializados, construção de banheiros, casas de alvenaria e estradas. A distribuição de salários também faz parte desta categoria, já que, artificialmente cria e estimula um padrão de consumo indígena infinitamente maior do que o tradicional, padrão este impossível de ser mantido com a suspensão dos salários, o que ocorre quando estes são atribuídos em forma aleatória e precária.

- ***Descontinuidade nos programas e na intermediação***

Trabalhos continuados são mais adequados para a contribuição ao lento processo de aprendizagem necessário aos índios para adequar seu conhecimento e capacidade de produção e de geração de renda às suas novas demandas. Os trabalhos que são

intermitentes, entretanto, são mais limitados e necessitam um cuidado extremo em sua adoção, a fim de não prejudicar este processo com soluções imediatistas e insustentáveis, após o período de sua vigência.

As atividades estatais, sejam elas de cunho municipal, estadual ou federal, dependem, em grande medida, da orientação adotada pelo governo eleito, o que muda a cada eleição. A descontinuidade é um problema que deve ser levado seriamente em conta pelos agentes estatais nos programas desenvolvidos junto a populações indígenas para que, com a eventual mudança da orientação política, não haja prejuízos durante o processo.

- ***A responsabilidade social e ambiental da intermediação***

Todos esses riscos, intrínsecos às atividades de intermediação e programas de intervenção em terras indígenas, não inviabilizaram experiências bem sucedidas junto a alguns povos indígenas da Amazônia. Alguns cuidados, no entanto, devem ser sempre tomados.

Deve-se procurar conhecer e respeitar as especificidades culturais da população indígena com a qual se trabalha. Partindo desse conhecimento e respeito, é possível estabelecer um processo de discussão com essas populações de forma que elas participem na elaboração e consolidação das atividades. Além disso, é preciso avaliar com cuidado os impactos da introdução de novas demandas, decorrentes de necessidades diretas ou indiretas. Toda intervenção bem sucedida desenvolve-se necessariamente a longo prazo, respeitando seu ritmo de aprendizagem e assimilação e evitando o estímulo à desigualdade de acesso a bens e recursos monetários. O compromisso com a continuidade do trabalho é outra responsabilidade de grande importância para a atuação dos intermediários.

De uma intermediação realizada corretamente depende não só a manutenção do equilíbrio social das populações indígenas, mas também o equilíbrio ambiental de seu território. É preciso viabilizar alternativas que dêem conta das transformações históricas das populações indígenas, principalmente no que se refere às novas necessidades. Porém, essas mesmas alternativas devem ser capazes de, ao mesmo tempo, proporcionar capacitação e autonomia de práticas economicamente viáveis e, conseqüentemente, ambientalmente sustentáveis.

3. Estratégias e desafios na atual situação dos índios Waiãpi

A descrição das sucessivas transformações nas relações entre os Waiãpi e sua terra evidenciou que as estratégias de uso dos ambientes, assim como a organização espacial vigente continua até o momento obedecendo a critérios ecológicos, sociais, econômicos, políticos e culturais, numa relação complexa que envolve níveis simbólicos e práticos. O cenário apresentado mostrou também que as estratégias adotadas pelos Waiãpi são o produto e a convergência equilibrada entre relações ambientais e sociais. É importante

ênfatar que tal equilíbrio consistiu, ao longo de toda a história de contato desta sociedade, num processo dinâmico de respostas e adaptações às pressões externas.

Por outro lado, os Waiãpi estão cientes de que os processos de mudança atualmente em curso no seu entorno já suscitam mudanças internas na relação que esta comunidade mantém tradicionalmente com sua terra, representando riscos em número e grau nunca vivenciados antes. As ameaças pressentidas pelos Waiãpi atingem diretamente as estratégias culturais que foram, historicamente, garantias para a manutenção de sua qualidade de vida:

- ***Impacto dos movimentos de dispersão e sedentarização***

O movimento de dispersão dos Waiãpi deu-se historicamente em direção a uma busca de qualidade de vida, pois, além de propiciar maior abundância no suprimento da auto-subsistência, ainda dissipa problemas como doenças e pragas e, sobretudo, promove equilíbrio social e político nas relações internas desta sociedade.

Nas décadas de 70 e 80, as agências históricas de contato (missões e FUNAI) estimularam a concentração e uma relativa sedentarização do grupo, ocasionando em perda de qualidade de vida. A implementação de uma política assistencial mais adequada ao sistema de ocupação deste povo, nos anos 90, permitiu a gradativa retomada do padrão tradicional, mas a intensificação das relações entre este povo e instituições oficiais de intervenção tem constantemente tensionado este movimento.

- ***Impactos do contato sobre o conhecimento e o uso dos ambientes***

As transformações dos padrões de uso e mobilidade do grupo em seu território poderão, a longo prazo, afetar a transmissão interna de conhecimentos e de práticas de manejo dos ambientes. Os Waiãpi estão pressentindo esta possibilidade e, por este motivo também, têm investido na participação dos jovens em todas as atividades de controle territorial, sistematizadas durante a realização da demarcação física e nas ações previstas no programa de vigilância. Pelo mesmo motivo, e após algumas experiências frustrantes no acolhimento de pesquisadores interessados na fitoterapia, eles mantêm reservas quanto à realização de pesquisas de agentes externos nesta área de etnoconhecimento. Nesse quadro, a capacitação interna da comunidade para o registro interno desses conhecimentos está sendo realizada nos cursos de formação em ciências naturais (Magistério Waiãpi - CTI/NEI-AP).

- ***Impacto das noções de conservação da natureza***

As estratégias de manejo utilizadas pelos Waiãpi refletem interações diversificadas desta sociedade com seus ambientes e não uma suposta preocupação com a preservação, que não faz sentido num universo de abundância de recursos, característico das regiões de floresta ocupadas tradicionalmente pelas populações indígenas da Amazônia (Colchester, 1995). A ênfase na preservação, equivocadamente atribuída às formas de conhecimento e uso indígenas, resulta da reação ao impacto causado pelo modelo de civilização urbano-industrial pela devastação de recursos naturais. Mas, mesmo não estando

incluído no rol de valores culturalmente definidos por estas sociedades, este fatalmente será uma tema com que os Waiãpi terão que se defrontar a partir da intensificação de seu contato com os valores ditos civilizados.

O que se pretende enfatizar aqui é que os direitos que os Waiãpi reivindicam sobre suas terras não se relacionam apenas a conceitos fundiários de cunho jurídico mas acima de tudo expressam as profundas conexões entre esta sociedade e seus ambientes, estabelecendo a estrutura que regula o uso coletivo da terra e revelando instituições políticas locais que proporcionam a gestão direta dos recursos.

• **Impactos do modelo superado de assistencialismo**

Se tradicionalmente produção e distribuição reduziam-se à escala familiar, necessidades criadas pelo contato exigem capacidade de coletivizar, tanto a produção quanto a distribuição, combinando gestão familiar com gestão comunitária. A prática assistencialista desempenhada pela maior parte das agências de contato nunca exigiu da comunidade participação nos custos e na manutenção de uma infraestrutura que não pertencia aos índios e que, portanto, não era controlada por eles.

O principal desafio para a implementação de atividades produtivas capazes de atender às demandas da comunidade reside na escolha de alternativas complementares e não substitutivas das práticas tradicionais. A agricultura e o extrativismo praticados em escala familiar continuarão, sem dúvida, garantindo a subsistência familiar, mas nunca poderão cobrir a crescente demanda da coletividade para a manutenção dos equipamentos coletivos, implementação de ações assistenciais sob direto controle dos índios, estadas na cidade e custos de gestão da defesa de interesses da comunidade junto aos órgãos oficiais.

Atualmente, por intermédio do CTI, equipamentos de comunicação e transporte foram adquiridos e colocados sob controle direto dos Waiãpi, que estão sendo capacitados para a sua manutenção. Ao mesmo tempo, eles se tornaram conscientes de que os investimentos canalizados em parceria com a ONG não poderão ser renovados permanentemente, nem serão subsidiados por doações de agências oficiais. Foi nesse contexto que eles se mobilizaram para a implantação de alternativas que possam atender aos custos sociais da comunidade (cfr. Consolidação do Projeto PD/A, CTI/APINA, 1997).

O desafio permanece, na medida em que o assistencialismo praticado por muitas agências oficiais, especialmente pela FUNAI local, persiste em promover alternativas imediatistas, que entram em choque com a mobilidade das aldeias pelo território, e tampouco consideram as experiências de produção diversificada já praticadas pelos Waiãpi.

4. Pautas para o debate

A partir do conjunto de informações apresentadas neste documento-base, complementado pela contribuição de técnicos de diversas instituições nos painéis

previstos para o Seminário, sugere-se um debate amplo com representantes de todos os órgãos envolvidos - direta ou indiretamente - no futuro da TI Waiãpi.

O debate poderá ser conduzido de forma a considerar duas ordens de prioridades necessariamente presentes no planejamento, na implementação e avaliação de ações que visem o equilíbrio ambiental e a auto-sustentação da população Waiãpi, como se segue:

• **Prioridades e aspirações da comunidade**

Parte-se do pressuposto amplamente defendido pelos povos indígenas e por suas organizações, de que qualquer processo de desenvolvimento numa terra indígena deve originar-se da iniciativa local das comunidades e corresponder ao atendimento de suas demandas. A concepção e o planejamento do conjunto das intervenções em curso na TI Waiãpi - e não das ações individuais propostas pelas diferentes agências - devem ser avaliados à luz dos seguintes parâmetros, elaborados a partir dos itens propostos pelo PPTAL-FUNAI (PPTAL, 10.98 - item 28):

- quais são as principais preocupações, prioridades e aspirações da comunidade com relação a sua atual situação;
- quais meios a comunidade já identificou ou colocou em prática para atender essas prioridades;
- em que medida as preocupações e aspirações da comunidade estão sendo atendidas;
- em que medida a iniciativa das agências vem tensionar as iniciativas e práticas da comunidade;
- quais as limitações para o atendimento completo das demandas indígenas;
- quais serviços ou parcerias poderiam ajudar a atender tais demandas.

• **Indicadores de sustentabilidade**

Com o objetivo de contribuir com a avaliação das possibilidades reais de desenvolvimento para as sociedades indígenas, G. Azanha (1999) propõe que essas possibilidades sejam abordadas conforme critérios da definição de Stavenhagen (1991) para o "etno"- desenvolvimento, que se realiza quando *"uma etnia - autóctone, tribal ou outra - detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses"*.

Os princípios básicos desta forma de desenvolvimento incluem, conforme o mesmo autor (sintetizado por Azanha, 1999):

- objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas, ao invés de priorizar o crescimento econômico;
- dar resposta prioritária à resolução de problemas e necessidades locais, valorizando e utilizando o conhecimento e tradição locais na busca de solução de problemas;
- visar auto-sustentação e independência dos recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, com atividades participativas.

O que nos leva a considerar, quando aplicados ao contexto das populações indígenas, um conjunto de pressupostos, ou a resolução prévia das seguintes questões:

- segurança territorial, satisfazendo plenamente às necessidades de expansão da sociedade indígena;
- segurança no usufruto exclusivo, pela comunidade, dos recursos naturais de sua terra;
- segurança no atendimento da demanda de produtos manufaturados e dos meios para consegui-los;
- adequação no tempo empregado para a geração de recursos financeiros destinados à aquisição desses produtos;
- adequação da escala - ou nível - das necessidades impostas pelo contato e identificação das formas como a comunidade indígena especifica este nível;
- internalização dos recursos financeiros gerados através dos canais costumeiros de distribuição e circulação.

Os dois últimos pressupostos remetem à questão central da autonomia, na gestão dos recursos e na definição dos limites da produção. Eles correspondem às reivindicações que as sociedades indígenas brasileiras vêm reiterando ao longo das últimas décadas, quando criticam projetos de geração de renda que não contemplam suas necessidades, em termos de gestão.

Nesse quadro, propõe-se, para a avaliação e o planejamento de ações de desenvolvimento na TI Waiãpi, alguns indicadores, conforme se segue:

- capacitação com vistas ao domínio pleno das relações com as agências que atuam direta ou indiretamente em suas terras;
- participação ativa no planejamento, implementação e avaliação de todos os programas de intervenção em curso em suas terras;
- uso preferencial de recursos locais para o atendimento das necessidades básicas, secundárias e das necessidades intermediárias ou de operacionalização, como transporte, comunicação e outras.
- atendimento das necessidades em bens industrializados satisfeito através de recursos próprios gerados internamente de forma não predatória, com relativa independência das determinações de mercado e captação de recursos financeiros.

Considerar, finalmente, que:

O respeito às demandas indígenas exige reconhecer que suas aspirações não se limitam à preservação "das florestas", mas à criação de um espaço de relações sociais e políticas mais justas e equilibradas com o seu entorno. O espaço social, muito mais que o natural, é quem define a qualidade de vida diferenciada que esses povos reivindicam.



A equipe do CTI responsável pela elaboração deste documento, conta com a participação de todos no Seminário, trazendo novos subsídios à discussão das **possibilidades reais** de desenvolvimento sustentável para o povo Waiãpi.

Coordenação: Dominique T. Gallois - CTI/USP

Colaboradores: Dafran Gomes Macário, Angela Schwengber - CTI

Cassio de Noronha Inglez de Souza - MARI / USP

Jose Reinaldo Picanço, Marco Antonio Palha Palheta - IESA

Fontes de referência

Textos de difusão sobre os Waiãpi do Amapari:

- Ka'a Ete: Waiãpi, Povo da Floresta. Catálogo da Exposição. Dominique T. Gallois e equipe do APA. 1989.
- Controle Territorial e Diversificação do Extrativismo na área indígena Waiãpi. Dominique T. Gallois. ISA – Povos Indígenas no Brasil, 1991/1995. pág. 263.
- Apropriação e gestão de uma "terra": a experiência Waiãpi (Amapá, Brasil). Dominique T. Gallois. Conferência IWGIA/Perú. 1997.
- Participação indígena: a experiência da demarcação Waiãpi. Dominique T. Gallois. USP – CTI. 1998.

CTI e Programa Waiãpi:

- Gilberto Azanha – Etnodesenvolvimento, Mercado e Mecanismos de Fomento – As Possibilidades de Desenvolvimento Sustentado para as Sociedades Indígenas no Brasil. CTI, 1999.
- Seminário Guaraní. CTI, 1997.
- Programa do CTI para o Monitoramento Ambiental e Fomento de Atividades Não-Predatórias em Terras Indígenas – Bloco Waiãpi, Amapá – 1998/1999.
- Programa Institucional CTI 1999-2000. CTI, 1998.
- Os programas realizados pelo CTI em parceria com o APINA, no Amapá. 1998.
- Programa de Apoio aos índios Waiãpi – Amapá, Brasil. CTI, 1998.

Demarcação e vigilância da TI Waiãpi:

- Monitoramento da demarcação da AI Waiãpi (Terceira Etapa do PDW). CTI, 1996.
- Acabamos nossa demarcação. Carta de Wai-Wai Waiãpi para o Ministro da Justiça. 1996.
- Relatório Final do Projeto Demarcação Waiãpi - CTI, 1996.
- Programa de vigilância e fiscalização da TI Waiãpi. Proposta resumida. CTI, 1996.
- Programa de vigilância e fiscalização da TI Waiãpi. Relatório de Atividades. 1998.
- Informe sobre a vigilância na TI Waiãpi. CTI. 1999.
- Programa de Vigilância e Fiscalização da TI Waiãpi. Plano de Atividades. CTI. 1999.
- Consolidação do Projeto Recuperação Ambiental e Despoluição de Áreas da TI Waiãpi degradadas por Garimpo. CTI/APINA, 1997.

Estudos de Etnoconhecimento entre os Waiãpi da Guiana Francesa

- Grenand, P. - 1980 - "Introduction à l'étude de l'univers wayãpi du Haut-Oyapok", Collection langues et civilisations à tradition orale.
- Grenand, F. & Grenand, P. - " Les indiens wayãpi et leur milieu : passé, présent et avenir", *Bulletin de liaison de la SEPANRIT*, n°9
1996– Living in abundance, The Forest of the Wayampi (Amerindians from French Guiana) – in: Pérez, M.R. & Arnold J.E.M. (ed.): Current issues in non-timber forest products research, International Work Shop in Harare, Zimbabwe, CIFOR, ODA, Indonesia (177 – 198).
- Grenand, P.. Moretti, Jacquemin - Pharmacopées traditionnelles en Guyane - Ed. de l'ORSTOM, 1987.

Entorno da T. I. Waiãpi

- Fany Ricardo (org.) - Documentos do ISA nº 06 – Interesses Minerários em Terras Indígenas na Amazônia Legal brasileira. 1999.
- PASCA, D. - Relatório Técnico: Situação do setor garimpeiro no Amapá e conflitos entre garimpeiros e Waiãpi, UTA, 1997.
- INCRA/IESA – Projeto de Assentamento Perimetral Norte – Amapá – Prancha nº A-01.

GEA:

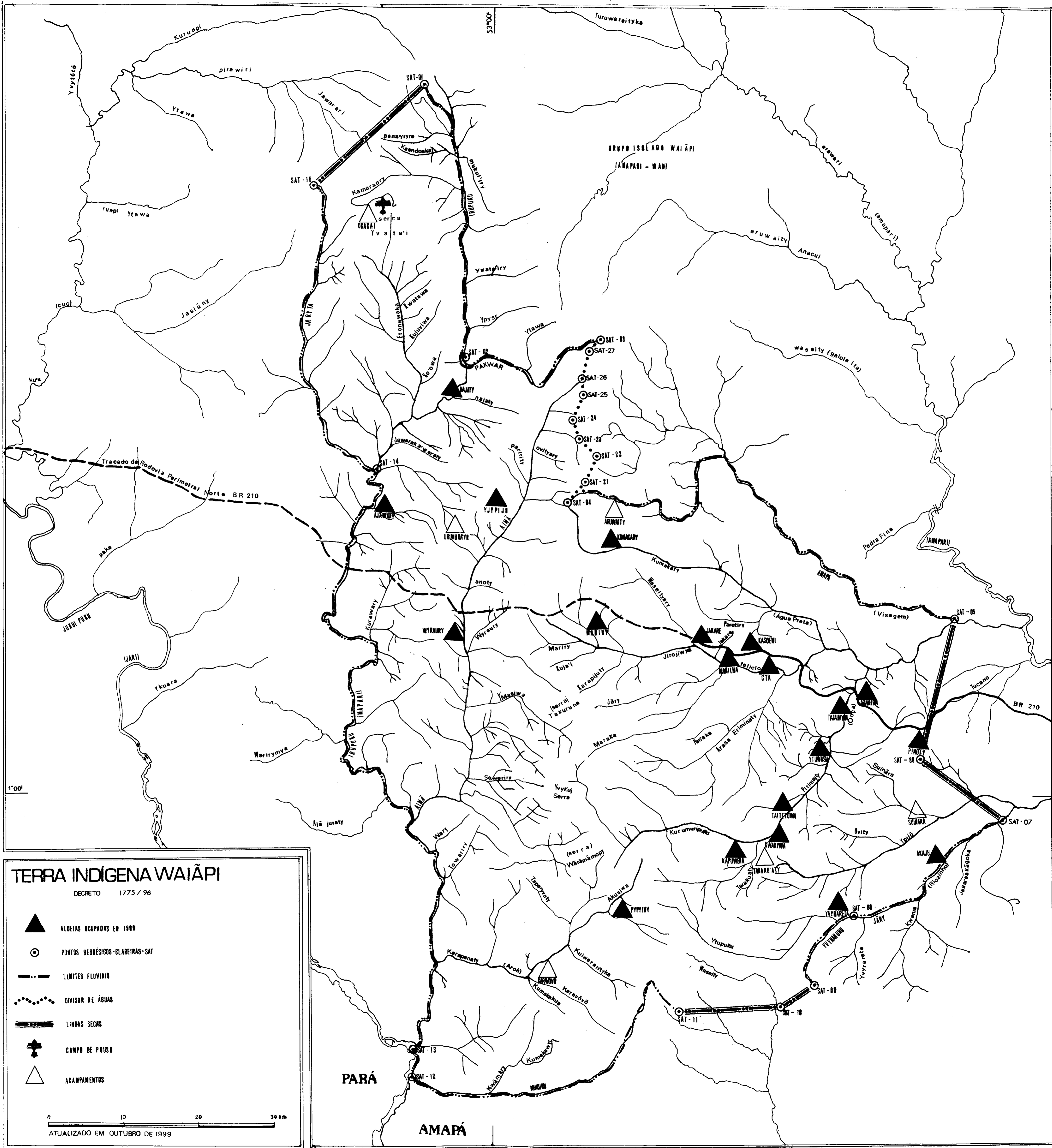
- Um modelo de desenvolvimento sustentável. GEA. 1998.
- Amapá Sustentável para o Século 21. GEA. 1999.

Guerra dos Papéis:

- Assessoria jurídica – Caso Waiãpi. Relatório de Atividades. CTI, janeiro 1998.
- Assessoria jurídica – Caso Waiãpi. Relatório de Atividades. CTI, outubro 1998.
- Assessoria jurídica – Caso Waiãpi. Relatório de Atividades. CTI, novembro 1998.
- Decisão Judicial Fortalece Direitos Indígenas. CTI, 1999.
- Decisão Judicial. Justiça Federal, 1999.

Outras referências

- Azevedo, Marta M. - Análise Demográfica da população Waiãpi - anos 1980 a 1985.
- Colchester, M. – "Salvando la Naturaleza: pueblos indígenas, áreas protegidas y conservacion de la biodiversidad" – Discussion Paper, WWF, WRM, Unrisd. 1995.
- IESA - Caracterização Ambiental da Terra Indígena Waiãpi, 1999.
- Janete Capiberibe – Da Proteção e Acesso à Biodiversidade no Amapá. 1999.
- Milliken, William - Levantamentos em reservas indígenas na Amazonia brasileira - Uma metodologia, 1998.
- Nimer, E – Climatologia do Brasil – IBGE, Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente, Rio de Janeiro, 1979.
- NHII-USP & GEA - Povos Indígenas do Amapá - Folder da Semana dos Povos Indígenas, Novembro de 1999.
- Projeto Radam BrasilDNPM – Folha Na/Mb, 22 Macapá – AP, 1974.
- SEPLAN & IEPA - Aspectos Ambientais do Amapá, 1995



TERRA INDÍGENA WAIÁPI
 DECRETO 1775 / 96

- ▲ ALDEIAS OCUPADAS EM 1989
- PONTOS GEODÉSICOS-ELANEIRAS-SAT
- LÍMITES FLUVIAIS
- ⋯ DIVISOR DE ÁGUAS
- ▬ LINHAS SECAS
- ✚ CAMPO DE POUSO
- △ ACAMPAMENTOS

0 10 20 30 km
 ATUALIZADO EM OUTUBRO DE 1999